

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA – CCET
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – DEP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO – PPGPEP

**IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLIANCE À LGPD EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO SUPERIOR: PROPOSTA DE UM PROCESSO ESTRUTURADO
PARA CONFORMIDADE**

WILLDSON GONÇALVES DE ALMEIDA

São Carlos – SP

2024

WILLDSON GONÇALVES DE ALMEIDA

IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLIANCE À LGPD EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO SUPERIOR: PROPOSTA DE UM PROCESSO ESTRUTURADO PARA
CONFORMIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Carlos Oprime

São Carlos – SP

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação Profissional em Engenharia de Produção

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Willdson Gonçalves de Almeida, realizada em 20/09/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Pedro Carlos Oprime (UFSCar)

Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Nelcilenio Virgilio de Souza Araujo (UFMT)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Engenharia de Produção.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que valorizam a privacidade e proteção de dados pessoais como direitos fundamentais, e que trabalham para promover uma cultura de responsabilidade e transparência no tratamento desses dados. Dedico em especial, à minha esposa Maryel, as minhas filhas Mariah e Lavínia, aos meus pais, familiares, amigos e professores que me apoiaram e incentivaram ao longo desta jornada de aprendizado.

AGRADECIMENTO

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Carlos Oprime por todas as importantes contribuições ao longo da concepção e desenvolvimento. Ao Prof. Dr. Nelcileo Virgilio de Souza Araujo pelas importantes contribuições e sinergia. As orientações foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação Profissional em Engenharia de Produção por compartilharem seus conhecimentos e experiências ao longo do curso.

À Universidade Federal de Mato Grosso, na pessoa do reitor Evandro Aparecido Soares da Silva, por ter criado as condições para que pudesse participar do Programa de Pós-graduação.

À Secretaria de Tecnologia da Informação, na pessoa do secretário Jean Caminha que, com a responsabilidade de alavancar o Programa de Governança em Privacidade da instituição, confiou e permitiu que o trabalho fosse desenvolvido em conjunto com o projeto institucional.

Aos meus amigos e familiares, agradeço a compreensão, apoio e incentivo ao longo deste processo. As palavras de encorajamento foram um grande estímulo para que eu continuasse avançando.

Mais uma vez, meu sincero agradecimento a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

“Privacidade não é sobre ter algo a esconder. É sobre ter algo para proteger. E esse algo é quem você é. É algo em que você acredita. É quem você quer se tornar. Privacidade é o direito de si mesmo. É o que lhe permite compartilhar com o mundo quem você é nos seus próprios termos.”
Edward Snowden.

RESUMO

Com o avanço da tecnologia e o crescente volume de dados pessoais coletados, armazenados e processados, tornou-se essencial estabelecer diretrizes claras e rigorosas para garantir a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação importante que visa proteger a privacidade e a segurança dos dados pessoais. Nesse contexto, observa-se que após alguns anos da promulgação da lei, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ainda têm dificuldades na implementação da lei. Dentre as principais barreiras estão a cultura organizacional, carência de profissionais capacitados, bem como a falta de um processo estruturado de conformidade aos requisitos da lei. Nesse sentido, a Secretaria de Governo Digital (SGD) do Governo Federal do Brasil desenvolveu um framework para auxiliar as entidades da Administração Pública Federal (APF) na adequação à LGPD. Entretanto, há ainda a necessidade de aprimorar esse processo. Assim, com base no framework proposto pela SGD, o objetivo desta dissertação é contribuir para o aprimoramento da aplicação da lei, por meio de uma proposta de um macroprocesso para auxiliar os gestores das IFES na adequação à LGPD. Essa proposta foi elaborada a partir de uma extensa revisão da literatura de análise documental disponível em fontes secundárias, para em seguida validá-lo no caso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A motivação para tal projeto está em adaptar o framework proposto pela Secretaria de Governo Digital à realidade de uma Instituição de Ensino Superior Federal, com suas especificidades e cultura. Assim, esta dissertação pretende também contribuir com outras instituições de ensino superior estendendo os resultados obtidos no experimento da UFMT, fornecendo às IFES orientações para se adequarem à LGPD.

Palavras-chave: *LGPD, Privacidade, Proteção de Dados Pessoais, Compliance, SGD.*

ABSTRACT

With the advancement of technology and the increasing volume of personal data being collected, stored, and processed, it has become essential to establish clear and stringent guidelines to ensure the protection of individuals' fundamental rights regarding their personal data. The General Data Protection Law (LGPD) is a significant piece of legislation aimed at safeguarding the privacy and security of personal data. In this context, it is observed that, several years after the law's enactment, Federal Higher Education Institutions (IFES) still face challenges in implementing the law. Among the primary barriers are organizational culture, a shortage of qualified professionals, and the lack of a structured process for compliance with the law's requirements. In response, the Digital Government Secretariat (SGD) of the Federal Government of Brazil developed a framework to assist Federal Public Administration (APF) entities in adapting to the LGPD. However, there remains a need to enhance this process. Thus, based on the framework proposed by the SGD, the objective of this dissertation is to contribute to the improvement of the law's application by proposing a macro-process to assist IFES managers in complying with the LGPD. This proposal was developed through an extensive literature review of documentary analysis available in secondary sources, and subsequently validated in the case of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). The motivation for this project lies in adapting the framework proposed by the Digital Government Secretariat to the realities of a Federal Higher Education Institution, considering its specificities and culture. Therefore, this dissertation also aims to contribute to other higher education institutions by extending the results obtained from the UFMT experiment, providing IFES with guidance on achieving compliance with the LGPD.

Keywords: LGPD, Privacy, Personal Data Protection, Compliance, SGD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alinhamento entre objetivos e capítulos.....	16
Figura 2 – Estrutura da fundamentação teórica	17
Figura 3 – Mapa da proteção de dados pessoais no mundo.....	20
Figura 4 – Avaliação do nível de proteção de dados no Brasil.....	21
Figura 5 – Linha do tempo da proteção de dados pessoais no Brasil	22
Figura 6 – Atores definidos pela LGPD	26
Figura 7 – Organograma sintético da UFMT	29
Figura 8 – Posição da UFMT em ranking das universidades brasileiras.....	30
Figura 9 – Etapas do Programa de Governança de Privacidade	35
Figura 10 – Marcos do Programa de Governança de Privacidade.....	35
Figura 11 – Revisão da Literatura	42
Figura 12 – Panorama histórico da LGPD na UFMT.....	45
Figura 13 – Método de implantação da LGPD na UFMT	46
Figura 14 – Dashboard de Controle de Projetos Estratégicos da UFMT.....	49
Figura 15 – Projeto de Conformidade à LGPD.....	50
Figura 16 – Definição de hierarquia entre unidades para preenchimento do IDP	52
Figura 17 – Oficina virtual de preenchimento do IDP	53
Figura 18 – Critérios para definição de tratamento de alto risco	54
Figura 19 – Classificação das unidades com tratamento de alto risco.....	55
Figura 20 – Matriz de Riscos.....	56
Figura 21 – Etapas do Processo Estruturado Proposto	59
Figura 22 – Ações das Etapas de Compliance	60
Figura 23 – Ações da Etapa 1	61
Figura 24 – Coleção de Fascículos do Cert.BR	63
Figura 25 – Ações da Etapa 2.....	63
Figura 26 – Ações da Etapa 3.....	65

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Guias e modelos do Framework de Privacidade e Segurança da Informação do SGD.....	32
Quadro 2 – Critérios de seleção dos artigos nas bases WoS e Scopus	40
Tabela 1 – Organização da lei 13.709/2018 - LGPD.....	23
Tabela 2 – Índice de nível de adequação.....	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados
Art.	Artigo
APF	Administração Pública Federal
CIS	Center for Internet Security
EPP	Escritório de Projetos e Processos
GDPR	General Data Protection Regulation
GSJ	Gabinete de Segurança Institucional
IDP	Inventário de Dados Pessoais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
ISO	International Organization for Standardization
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
NIST	National Institute of Standards and Technology
PGP	Programa de Governança em Privacidade
PSI	Política de Segurança da Informação
RIPD	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
SGD	Secretaria de Governo Digital
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1. Contexto de Privacidade e Proteção de Dados.....	18
2.2. Lei Geral de Proteção de Dados.....	21
2.2.1. Autoridade Nacional de Proteção de Dados	27
2.3. Visão Geral sobre a UFMT	29
2.4. Framework de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal do Brasil.....	31
2.5. Gestão Ágil de Projetos com Scrum.....	36
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1. Revisão da Literatura	39
3.2. Caracterização da Pesquisa	43
4. ADEQUAÇÃO DO FRAMEWORK DO GOVERNO FEDERAL NA UFMT	45
4.1. Nomeação do Encarregado de Dados	48
4.2. Comissão de Implantação da LGPD	48
4.3. Projeto Estratégico de Conformidade à LGPD.....	49
4.4. Diagnóstico de Maturidade	50
4.5. Inventário de Dados Pessoais	51
4.6. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais	53
4.7. Normativos	56
4.8. Treinamento dos Colaboradores da Instituição.....	57
4.9. Dificuldades Encontradas na Adequação	57
5. PROPOSTA DE PROCESSO ESTRUTURADO DE COMPLIANCE	59
5.1. Etapa 1 – Estrutura de Governança para Proteção de Dados Pessoais... 	60
5.2. Etapa 2 – Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas	63
5.3. Etapa 3 – Indicadores, Incidentes e Comunicação.....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – PRODUTO TECNOLÓGICO: MANUAL DO PROCESSO ESTRUTURADO PARA COMPLIANCE À LGPD.....	73
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE INVENTÁRIO DE DADOS PESSOAIS.....	80
APÊNDICE C – FERRAMENTA FILTRO DE UNIDADES ELEGÍVEIS AO RIPD. 	111
APÊNDICE D – MODELO DE RIPD	113

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a temática do processo de compliance à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especificamente sua adoção na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A origem da LGPD está no contexto global de preocupações crescentes sobre a privacidade e a proteção de dados pessoais, evidenciada pela necessidade de regulamentação devido ao avanço tecnológico e à proliferação de informações digitais.

A LGPD foi sancionada em 14 de agosto de 2018, denominada Lei n.º 13.709/2018, entrou em vigor em setembro de 2020. A lei estabelece princípios, direitos e deveres relacionados à proteção de dados pessoais, aplicáveis a todas as organizações que realizam o tratamento dessas informações, sejam elas públicas ou privadas (Brasil, 2018). Os princípios dessa lei estão alicerçados no respeito à privacidade, liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião. Além disso, ela busca garantir a não violação da intimidade, honra e imagem, bem como promover a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, e, acima de tudo, proteger os direitos humanos (Peloso Piurcosky *et al.*, 2019).

Uma das principais referências para a criação da LGPD foi o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês, *General Data Protection Regulation*), aprovado em 2016 e entrou em vigor na União Europeia em 2018. O GDPR estabeleceu padrões rigorosos para a proteção de dados pessoais, conferindo aos cidadãos europeus maior controle sobre suas informações e impondo sanções severas em caso de violações (União Europeia, 2016).

No Brasil, a proteção de dados era abordada indiretamente em várias leis dispersas, como o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.695/2014). No entanto, não havia uma regulamentação específica que tratasse diretamente da privacidade e proteção de dados pessoais o que ressaltou a importância de se ter uma legislação dedicada exclusivamente a esse tema (Lugati; Almeida, 2022).

Em análise aos dados disponíveis do portal e-Mec do Ministério da Educação, existem atualmente 110 instituições federais de ensino superior (IFES) com situação

ativa, 69 universidades federais (UFs), 40 institutos federais (IFs) ou centros federais (CEFETs) e o Colégio Pedro II, que possui ensino superior (MEC, 2023). Estas instituições compartilham similaridades nos aspectos funcionais, finalidade e da necessidade de se adequar aos requisitos da LGPD.

Entre os desafios enfrentados por estas organizações quanto a adoção da Lei Geral de Proteção de Dados, é identificar um método que seja eficiente sob os aspectos da lei e que seja otimizado do ponto de vista prático, visto que há poucos trabalhos que abordam a estrutura organizacional e mecanismos de gestão para aplicação dos requisitos da lei. O que se observa é que as publicações se restringem aos aspectos jurídicos da lei e não de sua implementação. Complementarmente, cabe destacar que o que se têm publicado sobre aspectos práticos da lei, estão ainda no campo teórico e abstrato.

Diante do desafio de compliance a lei, e como consequência da necessidade da proteção de dados para garantir a privacidade dos titulares de dados pessoais, a transparência das ações governamentais e a conformidade com as normas legais, a Secretaria de Governo Digital (SGD) desenvolveu o Guia de Elaboração de Programa de Governança de Privacidade, com o objetivo de fornecer diretrizes, melhores práticas e orientações específicas para a implementação das medidas necessárias à proteção dos dados pessoais e ao cumprimento das exigências legais, para colaborar com as entidades da Administração Pública Federal (APF) na adequação à LGPD (SGD, 2023).

As instituições mencionadas anteriormente (IFES) demandam de instrumentos metodológicos que oriente a adoção propositiva da LGPD. Portanto, identifica-se essa lacuna entre a lei e a adoção pelas instituições mencionadas. Neste contexto, insere-se a UFMT, que têm nos últimos anos enfrentado o desafio de se adequar à LGPD.

O fato de a LGPD ser uma lei consideravelmente recente, gera dúvidas e incertezas em relação à sua aplicação. Nesse sentido, esta dissertação busca contribuir para reduzir esse GAP entre requisitos legais e as práticas gerenciais. Com a compreensão desses desafios, corrobora para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para a implementação da LGPD.

A importância da proteção de dados em uma legislação específica tornou-se relevante nas últimas décadas desse século. Pelloso Piurcosky *et al.* (2019) destaca

o caso da empresa Cambridge Analytica, que entre os anos de 2014 e 2018, obteve dados de perfis de usuários da rede social Facebook nos Estados Unidos e no Reino Unido, com o objetivo de influenciar eleitores em campanhas políticas. As informações obtidas foram coletadas por meio de testes de personalidade na própria página da rede social, sendo possível traçar o perfil das pessoas por meio de páginas curtidas e postagens realizadas, mediante análise do comportamento do usuário na rede social, seria possível direcionar propagandas eleitorais de acordo com o perfil da pessoa.

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma proposta de um processo estruturado para auxiliar os gestores das IFES na adequação das suas instituições à LGPD. Para tal, será objeto de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que adotou como principal referência para a definição do processo de compliance à LGPD, o framework da SGD.

Com esta proposta de processo de implantação da LGPD, pretende-se fornecer às entidades de ensino superior uma melhor compreensão sobre as práticas de privacidade e proteção de dados, fortalecendo a segurança e a confiabilidade dos sistemas de informações e promovendo a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos em relação à privacidade de seus dados pessoais. O fundamento básico considerado no desenvolvimento desta proposta é a adequação otimizada do framework da Secretaria do Governo Federal para transformação digital do serviço público.

Para conduzir o presente trabalho, o objetivo geral foi dividido em objetivos específicos, listados a seguir:

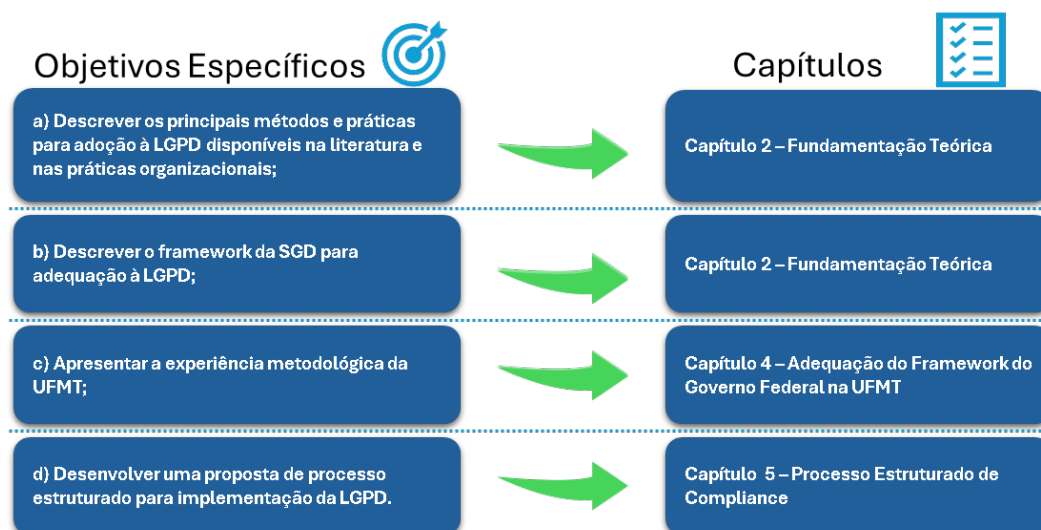
- a) Descrever os principais métodos e práticas para adoção à LGPD disponíveis na literatura e nas práticas organizacionais;
- b) Descrever o framework da SGD para adequação à LGPD;
- c) Apresentar a experiência metodológica da UFMT;
- d) Desenvolver uma proposta de processo estruturado para implementação da LGPD.

O tema é relevante no contexto atual, uma vez que a LGPD é uma lei recente e que impacta diretamente a gestão de dados pessoais em diversas organizações, tanto privadas quanto públicas, incluindo as instituições federais de ensino superior. A pesquisa busca contribuir para a compreensão do tema, bem como para o

desenvolvimento de estratégias mais efetivas e adequadas para a implementação da LGPD nas IFES, bem como para a conscientização e promoção da privacidade e proteção de dados no ambiente universitário.

A relação entre os objetivos e os capítulos da dissertação são mostradas na Figura 1, em que os objetivos a) e b) correspondem a itens da fundamentação teórica (capítulo 2), o objetivo c) adequação do framework do SGD na UFMT (capítulo 4) e o objetivo d) a proposta de processo estruturado de compliance apresentada no capítulo 5.

Figura 1 – Alinhamento entre objetivos e capítulos



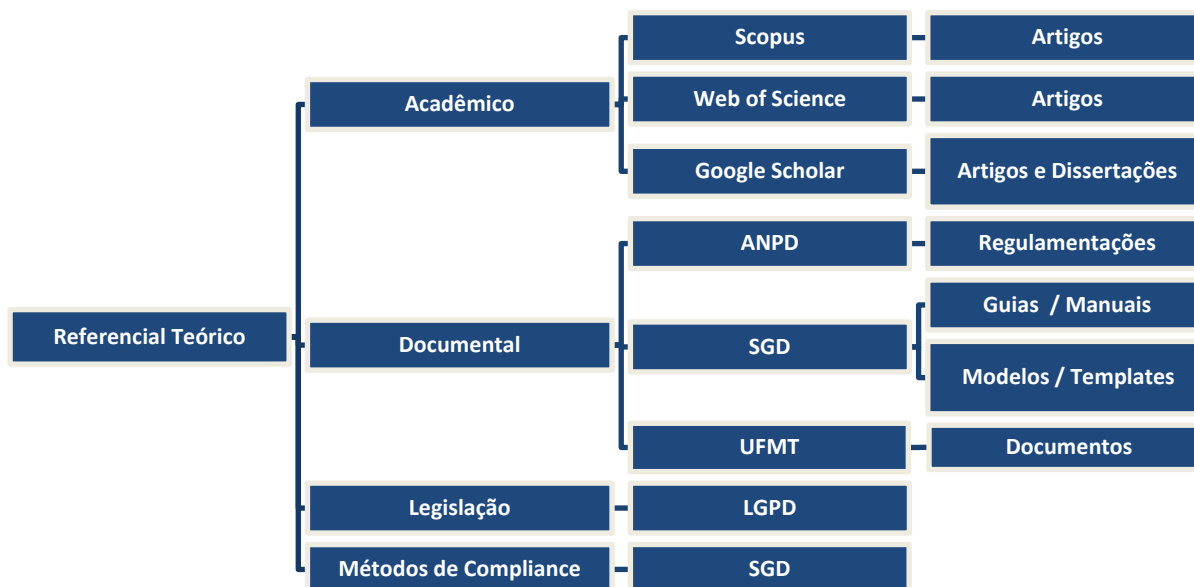
Fonte: Elaborado pelo autor.

O trabalho está organizado da seguinte forma, no capítulo 2 são apresentados os conceitos importantes para compreensão do trabalho, proveniente da revisão da literatura, legislação pertinente e pesquisa documental. No capítulo 3 são descritos os procedimentos metodológicos de pesquisa, adotados tanto na etapa de revisão da literatura quanto na caracterização da pesquisa. No capítulo 4 são descritos os resultados obtidos no processo de conformidade à LGPD na UFMT, com o percurso realizado na universidade e detalhamento de seus marcos. No capítulo 5 é apresentada a proposta um processo estruturado de compliance para as IFES e no capítulo 6 são apresentadas as considerações finais e trabalhos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão discutidos aspectos teóricos que contextualizam e norteiam o trabalho. Conforme apresentado na Figura 2, o referencial teórico provém de pesquisa em bases acadêmicas, pesquisa documental e legislação.

Figura 2 – Estrutura da fundamentação teórica



Fonte: Elaborado pelo autor.

A crescente digitalização da informação transformou o modo como instituições lidam com dados pessoais, demandando uma atenção especial ao tema da privacidade e proteção de dados. Nesse cenário, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surge como um marco regulatório crucial no Brasil, estabelecendo diretrizes para o tratamento de informações pessoais e promovendo uma cultura de respeito à privacidade.

No contexto específico de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), onde a gestão de dados abrange desde informações acadêmicas até dados administrativos, a conformidade com a LGPD torna-se imperativa. Essas instituições, por serem pilares fundamentais na formação de profissionais e na produção de

conhecimento, desempenham um papel central na moldagem de práticas éticas e responsáveis no tratamento de dados pessoais.

Desse modo, nos tópicos que seguirão serão explorados os conceitos indispensáveis para a contextualização do tema, como a conceituação de privacidade e proteção de dados,

2.1. Contexto de Privacidade e Proteção de Dados

A clareza e compreensão dos conceitos e princípios que norteiam e fundamentam a LGPD são fundamentais na comunicação interna desses elementos para todos aqueles que, de alguma maneira, serão responsáveis por operacionalizar as normativas relacionadas a esse tema. O primeiro conceito é o de privacidade, e o segundo conceito é o de proteção de dados.

Godoy (2021) define privacidade como o direito que tem o indivíduo de manter irrevelados dados e informações que lhe digam respeito, assegurando-lhe o controle sobre a divulgação ou exposição de manifestações íntimas e privadas. Conceito reforçado pela própria Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso X, que declarou invioláveis, além da honra e da imagem das pessoas, também sua intimidade e vida privada.

O direito à privacidade é intrinsecamente pessoal e encontra-se estreitamente entrelaçado com o direito à intimidade e o princípio da dignidade da pessoa humana. Dado ser um direito fundamental, encontra respaldo em tratados e convenções internacionais de grande importância, a exemplo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) e da Conferência Nórdica sobre o Direito à Intimidade (1967). Além disso, encontra respaldo no Código Civil brasileiro (2002) e, sobretudo, na Constituição Federal do Brasil (1988), que, em seu artigo 5º, inciso X, estabelece que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação." (Flôres, 2020).

Cueva (2016), ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em edição da revista *Justiça e Cidadania*, traça a evolução do direito à privacidade desde sua

concepção inicial em 1890 por Samuel Warren e Louis Brandeis, destacando o direito a ser deixado só, crucial diante das ameaças à personalidade humana decorrentes da massificação da mídia. O autor destaca como a informática ampliou as possibilidades de invasão da intimidade, com a coleta e disseminação massificada de informações, desafiando a efetividade da tutela jurídica da vida privada. O texto aborda a primeira geração de normas de proteção de dados pessoais na década de 1970 e destaca a transformação do direito à privacidade, que passa de um conteúdo negativo para incluir a liberdade do indivíduo decidir sobre seus dados pessoais.

O autor ressalta a complexidade dos direitos fundamentais, evidenciando conflitos com outros direitos, como propriedade e liberdade de contratar. Ele discute como a União Europeia tem desempenhado um papel significativo na consolidação da tutela dos dados pessoais, destacando a Diretiva 95/46 e o Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados Europeu (GDPR) de 2016.

Conforme Cueva (2016), as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), delineando princípios básicos da proteção de dados, como limitação da coleta, qualidade, finalidade, limitação do uso, segurança, transparência, participação individual e responsabilidade do controlador do banco de dados. Ele destaca os desdobramentos do direito ao conhecimento dos dados pessoais, incluindo o acesso, conhecimento da identidade dos responsáveis, contestação, atualização e eliminação. O autor conclui enfatizando que o direito à proteção dos dados pessoais, inicialmente voltado para a defesa perante o Estado, adquiriu um alcance muito maior na era contemporânea, com a proliferação de registros eletrônicos e tecnologias avançadas de análise, alertando para os riscos de tratamentos incorretos de dados pessoais.

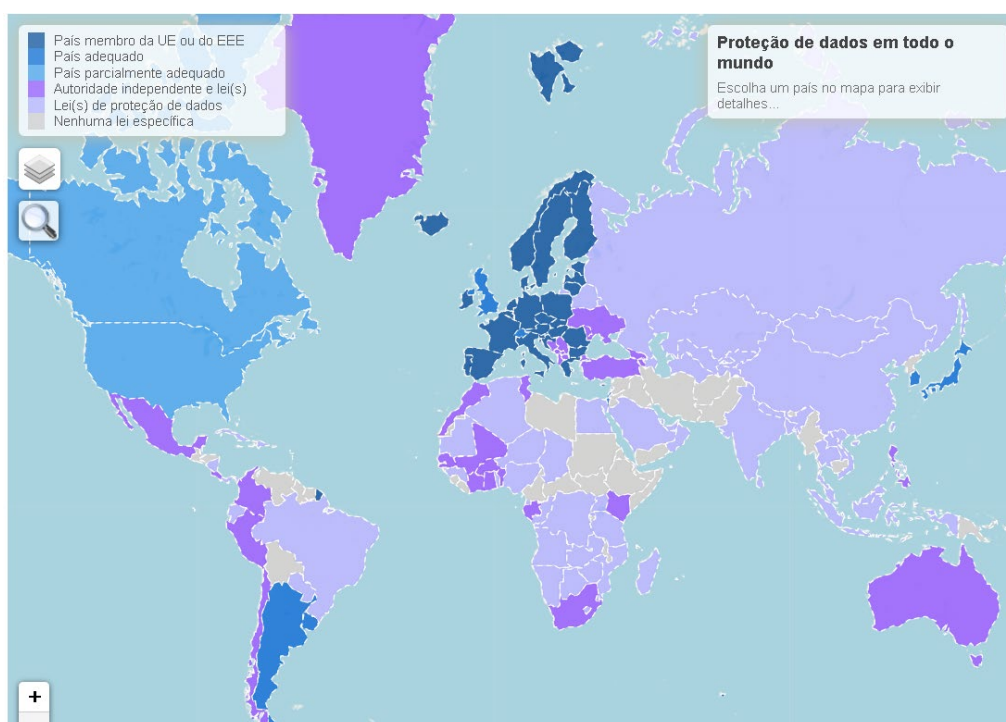
Organizações internacionais, com objetivo de avaliar a efetividade dos mecanismos de privacidade e proteção de dados em cada país, mantém painéis de classificação do nível de adequação. A principal finalidade é de se observar quais os países que possuem mecanismos eficientes de garantia da privacidade e proteção de dados e assim gozam de confiabilidade internacional, dos que ainda possuem recursos ainda em desenvolvimento, isto devido à possibilidade de armazenamento de dados pessoais nesses países bem como a possibilidade de transferências internacionais de dados pessoais de forma segura.

Dentre as várias organizações que mantêm estudos com avaliações de nível

de maturidade dos países, se pode citar a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). A Unctad (2021), descreve que dos 194 países afiliados à instituição e avaliados, 71% possuem legislação de proteção à privacidade e proteção de dados pessoais, 9% possuem projetos de legislação em andamento, 15% sem legislação específica sobre o assunto e 5% sem dados.

A *Commission Nationale de l'Informatique et des Libertés* (Comissão Nacional de Tecnologia da Informação e Liberdades - CNIL) do governo da França, foi criada em 1978 pela Lei da Proteção de Dados do país, autoridade administrativa independente. A comissão mantém em sua página eletrônica, um mapa com a classificação da proteção de dados em todo o mundo, em que são classificados como 1) – países que estão em plena conformidade com a GDPR, a lei europeia; 2) – Países com leis próprias e adequados; 3) – Países com leis e autoridades de privacidade fortes, no entanto, ainda em processo de adequação das empresas e instituições; 4) – Países com autoridade e leis fortes; 5) – Países com autoridades e leis em consolidação e 6 – Países que não possuem leis específicas. Na figura a seguir é possível constatar a classificação (CNIL, 2023), disponível na Figura 3.

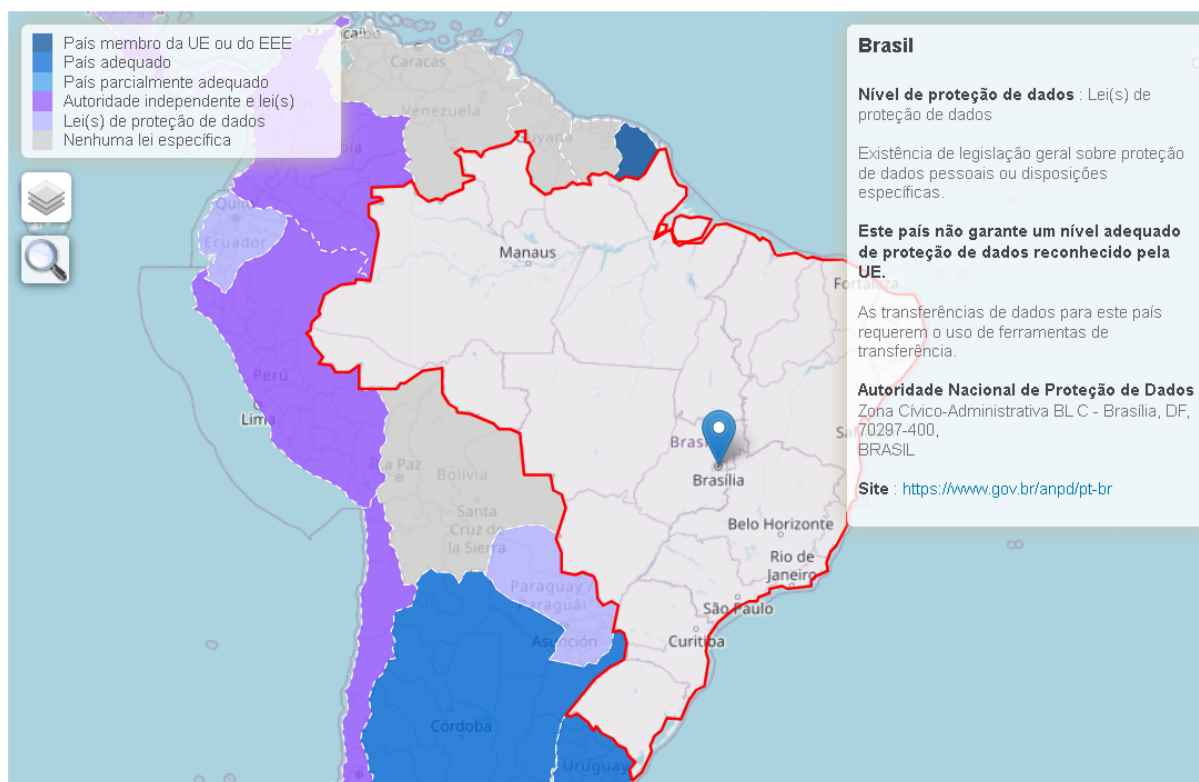
Figura 3 – Mapa da proteção de dados pessoais no mundo



Fonte: CNIL (2023).

Ainda de acordo com a CNIL (2023), o Brasil é classificado como um país que possui legislação específica de privacidade e proteção de dados, passo anterior ao de uma autoridade de proteção independente e forte. O órgão destaca que neste estágio o país não garante um nível adequado de proteção de dados, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4 – Avaliação do nível de proteção de dados no Brasil



Fonte: CNIL (2023).

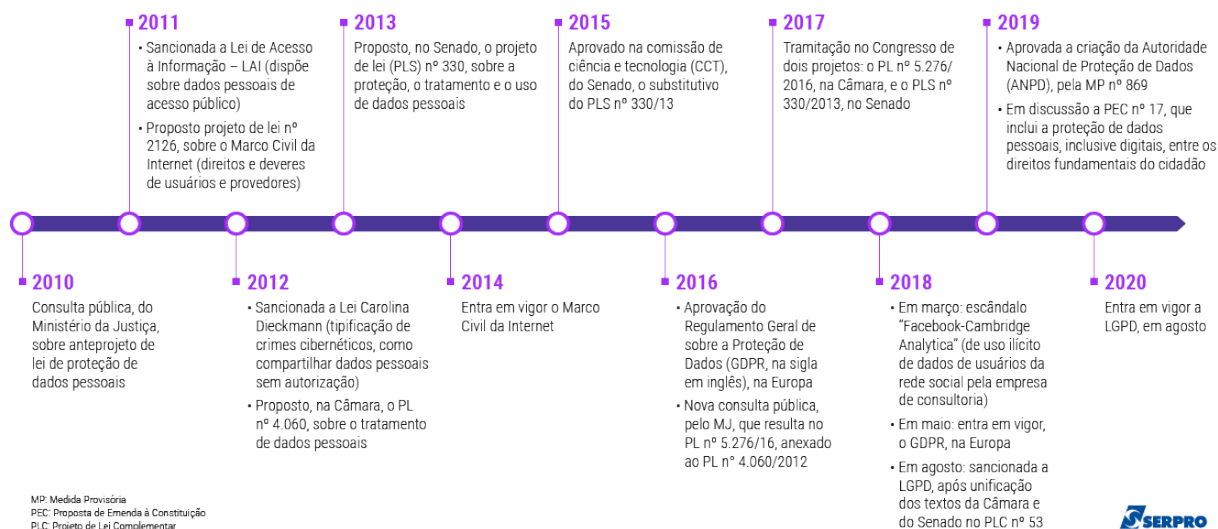
Na seção a seguir será abordada a legislação brasileira específica para tratar a proteção de dados, com breve contexto, características, princípios, atores, entre outras definições importantes para a compreensão do tema.

2.2. Lei Geral de Proteção de Dados

Visando a compreensão da lei como mecanismo de proteção dos dados pessoais, em complemento ao abordado anteriormente, serão apresentados os principais aspectos da legislação brasileira.

De acordo com Serpro (2023) e apresentado na Figura 5, no Brasil a partir de 2010, houveram iniciativas no sentido de se garantir a privacidade e proteção de dados, iniciando com o anteprojeto da lei de proteção de dados pessoais (2010). Em 2011 foi sancionada a Lei 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), com o objetivo de garantir o acesso a informações públicas, a serem observados pela união, estados, distrito federal e municípios. No ano de 2012 foi sancionada a Lei 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, altera o código penal estabelecendo novas tipificações criminais, relacionados a delitos informáticos, em que se destacam a invasão de dispositivo informático e falsificação de documento particular. Em 2014 foi sancionada a Lei 12.965, Marco Civil da Internet, estabelece: “princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil” (Brasil, 2014). Após a regulamentação da privacidade na União Europeia em 2016, e importantes eventos de vazamento de dados, em 2018 foi aprovada no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados.

Figura 5 – Linha do tempo da proteção de dados pessoais no Brasil



Fonte: Serpro (2023).

A Lei 13.709, LGPD, aprovada em 14 de agosto de 2018, está organizada em 10 capítulos, com 14 seções, totalizando 65 artigos. Alguns deles alterados ou revogados posteriormente. A tabela 1, detalha a organização dos capítulos e seções, bem como a quantidade de artigos presentes.

Tabela 1 – Organização da lei 13.709/2018 - LGPD

Capítulos	Seções	Artigos
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	-	6
CAPÍTULO II – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	4	9
Seção I - Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais		4
Seção II: Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis		3
Seção III: Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes		1
Seção IV: Término do Tratamento de Dados		2
CAPÍTULO III – DIREITOS DO TITULAR	-	5
CAPÍTULO IV – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO	2	10
Seção I: Das Regras		8
Seção II: Da Responsabilidade		2
CAPÍTULO V – TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS	-	3
CAPÍTULO VI – AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	3	8
Seção I: Do Controlador e do Operador		4
Seção II: Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais		1
Seção III: Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos		3
CAPÍTULO VII – SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS	2	6
Seção I: Segurança e do Sigilo de Dados		4
Seção II: Das Boas Práticas e da Governança		2
CAPÍTULO VIII – DA FISCALIZAÇÃO	1	3
Seção I: Sanções Administrativas		3
CAPÍTULO IX – DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE	2	2
Seção I - Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)		1
Seção II: Do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade		1
CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	-	6

Fonte: Elaborado pelo autor.

O capítulo I traz as disposições preliminares, com 6 artigos, estabelece em seu Art.1º o objetivo da lei, que se trata da proteção da liberdade e privacidade das pessoas, em todos os meios de armazenamento, inclusive o digital; a abrangência

das normas da lei, de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A interpretação dos elementos fundamentais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme descritos no artigo 2º, revela a amplitude e a abrangência dos princípios que regem a legislação. Ao analisar cada um desses elementos, verifica-se ênfase dada a importância de garantir a proteção da esfera privada das pessoas, reconhecendo a privacidade como um direito fundamental que deve ser preservado nas atividades de tratamento de dados.

Outro aspecto a ser destacado na Lei é a autodeterminação informativa, que estabelece o direito do titular dos dados de controlar as informações pessoais que são coletadas, utilizadas e compartilhadas. O indivíduo deve ter autonomia sobre suas próprias informações.

Deve-se salientar a liberdade de expressão, de Informação, de comunicação e de opinião, de modo a conciliar, no âmbito da Lei, a proteção de dados com a garantia das liberdades fundamentais, reconhecendo que a legislação não deve comprometer de maneira desproporcional esses direitos. A Lei reflete e reconhece a importância do desenvolvimento econômico e tecnológico, indicando que a LGPD não busca impedir a inovação, mas sim orientá-la de forma ética e responsável.

De acordo com Brasil (2018), artigo 2º, a lei possui os seguintes fundamentos:

- I. o respeito à privacidade;
- II. a autodeterminação informativa;
- III. a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V. o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI. a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII. os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais (BRASIL, 2018).

Considerando a necessidade de uma boa compreensão dos termos tratados na LGPD, a lei traz em seu Art. 5º definições imprescindíveis. De acordo com Brasil (2018) acerca dos dados pessoais, são caracterizados como:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural (física), identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal que pode gerar preconceito ou constrangimento à pessoa, como dados de origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo à titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Ainda conforme o Art. 5º da lei, são definidos os atores envolvidos com o tratamento de dados, apresentados na figura 6:

Titular: pessoa natural (física) a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural (física) ou jurídica, público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais a ele confiados pelo titular;

Operador: pessoa natural (física) ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais a serviço do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Outras definições importantes trazidas no Art. 5º, úteis para a implementação da LGPD (Brasil, 2018):

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

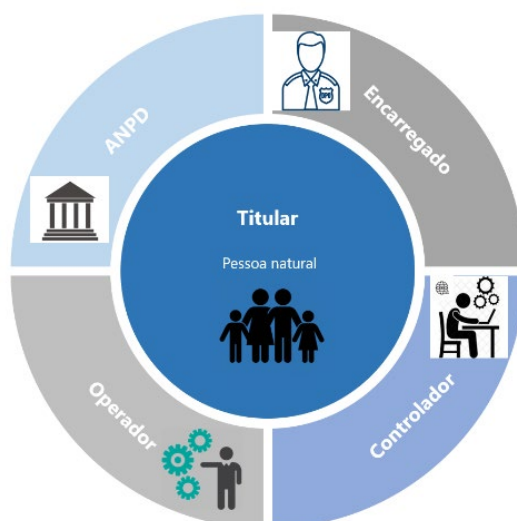
Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, armazenamento, utilização, acesso, reprodução, distribuição, eliminação, transferência, entre outros casos previstos na lei;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de

associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: manifestação livre e esclarecido pela qual o titular dos dados pessoais concorda com o tratamento para uma finalidade determinada pelo controlador;

Figura 6 – Atores definidos pela LGPD



Fonte: SGD (2023, p. 11).

No Brasil, em meio ao ambiente resultante da entrada em vigor da LGPD, a Emenda Constitucional Nº 115, promulgada em 10 de fevereiro de 2022, é um marco significativo na legislação brasileira. Ela altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. Além disso, estabelece a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais (Brasil, 2022).

A emenda acrescentou três dispositivos à Constituição Federal relacionados ao tema Proteção de Dados Pessoais. O primeiro dispositivo, o inciso LXXIX, art. 5º, assegura, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Este dispositivo elevou a Proteção de Dados Pessoais ao patamar de direito fundamental explícito.

O segundo e terceiro dispositivos, o inciso XXVI, art. 21 e o inciso XXX, art. 22, respectivamente, estabelecem a competência material e legislativa da União sobre a proteção e o tratamento de dados pessoais. Estas alterações refletem a

importância da proteção de dados na atualidade, principalmente nos meios digitais².

A Emenda Constitucional Nº 115 representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos cidadãos no que diz respeito à privacidade e ao tratamento de seus dados pessoais. Ela reconhece a importância crescente da proteção de dados na era digital e estabelece um quadro legal para garantir que os direitos dos indivíduos sejam respeitados. Na seção a seguir será apresentada a Autoridade Nacional de Proteção de dados.

2.2.1. Autoridade Nacional de Proteção de Dados

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi instituída pela Medida Provisória n. 869, de 27 de dezembro de 2018, posteriormente convertida na Lei n. 13.853, de 14 de agosto de 2019 (ANPD, 2023).

A estrutura administrativa com definição de cargos, foi aprovada no Decreto 10.474, de 26 de agosto de 2020, com vigência a partir da data de publicação da nomeação do Diretor-Presidente no Diário Oficial da União, ocorrida em 06 de novembro de 2020, quando, então, a ANPD efetivamente iniciou suas atividades. A estrutura regimental é composta por conselho diretor, unidades administrativas e conselho nacional de proteção de dados pessoais e da privacidade (ANPD, 2023).

De acordo com ANPD (2023), conforme Art. 55-J da LGPD, dentre outras responsabilidades da ANPD, destacam-se as seguintes:

- Elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- Fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso;
- Promover na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança;
- Estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o

porte dos responsáveis;

- Promover ações de cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional;
- Editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD;
- Ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante e prestar contas sobre suas atividades e planejamento;
- Editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados, inclusive quanto aos prazos, para que microempresas e empresas de pequeno porte, bem como iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem startups ou empresas de inovação, possam adequar-se à Lei;
- Deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos;
- Articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; e
- Implementar mecanismos simplificados, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com a LGPD.

Em detrimento dessas responsabilidades, a ANPD tem empenhado esforços em definir e esclarecer aspectos ainda não pacificados sobre a lei, elaborando publicações, relatórios, regulamentações, notas técnicas, estudos técnicos entre outros. Considerando o conteúdo disponível em ANPD (2023a), dentre os documentos elaborados e publicados, destacam-se:

- Guia Orientativo – Tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para realização de estudos e pesquisas;
- Guia Orientativo: Cookies e proteção de dados pessoais;
- Guia Orientativo: Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público;
- Guia Orientativo: Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados

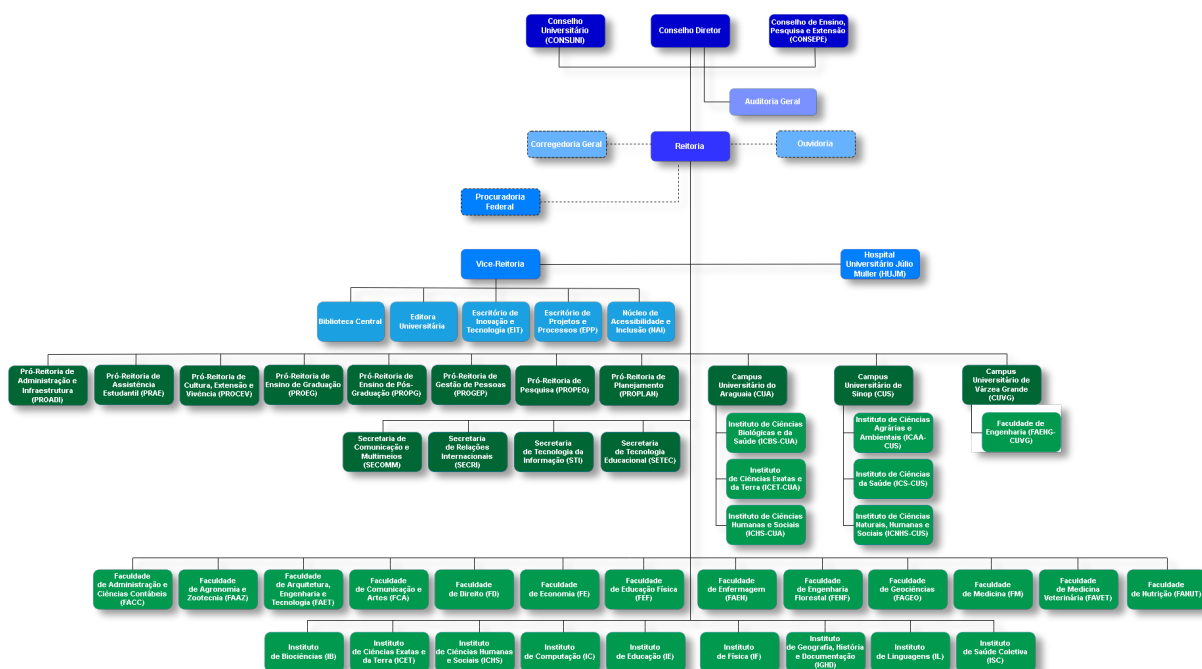
Pessoais (LGPD) por agentes de tratamento no contexto eleitoral;

- Guia Orientativo – Segurança da Informação para agentes de tratamento de pequeno porte; e
- RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 4, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 - Aprova o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas.

2.3. Visão Geral sobre a UFMT

De acordo com os dados do Relatório de Gestão da UFMT (2022), a universidade possui quatro campus: Araguaia (Unidade I – Barra do Garças e Unidade II – Pontal do Araguaia), Cuiabá (Reitoria), Sinop e Várzea Grande. Conta com 3050 servidores, entre técnicos administrativos e docentes; 87 cursos de graduação presencial, seis cursos de educação à distância, 51 programas de mestrado e doutorado que somam em torno 17 mil alunos matriculados.

Figura 7 – Organograma sintético da UFMT



Fonte: UFMT (2024).

De acordo com a Resolução do Conselho Diretor nº 28 de 25 de março de

2022, que define a estrutura organizacional da instituição, as políticas da universidade são aprovadas nos conselhos superiores: Conselho Universitário, Conselho Diretor e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A alta gestão é composta pela reitoria, vice-reitoria, três pró-reitorias de campus, oito pró-reitorias administrativas e quatro secretarias, detalhado na Figura 7.

De acordo com a classificação da Webometrics (2024), que classifica as universidades em todo o mundo, a UFMT ocupa a 61ª posição entre as universidades brasileiras, públicas e privadas. O ranking avalia aspectos quanto a visibilidade da universidade na internet e indicadores de publicações e citações. O recorte do ranking das universidades brasileiras está disponível na Figura 8.

Figura 8 – Posição da UFMT em ranking das universidades brasileiras

ranking	World Rank ▲	University	Det.	Impact Rank*	Openness Rank*	Excellence Rank*
53	2407	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	👉	2470	2574	3310
54	2411	Universidade de Passo Fundo	👉	3886	2000	2841
55	2491	Universidade Federal do Rio Grande FURG	👉	2005	8370	1778
56	2538	Universidade de Pernambuco	👉	6848	1664	2320
57	2556	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP	👉	3587	1993	3258
58	2605	Universidade Estadual de Santa Cruz UESC	👉	5492	1610	2831
59	2605	Universidade de Caxias do Sul	👉	3543	1863	3420
60	2644	Universidade Federal de Campina Grande	👉	1813	8370	2167
61	2654	Universidade Federal de Mato Grosso	👉	1928	8370	2116
62	2676	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM	👉	6143	1802	2730
63	2705	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG	👉	4592	2579	3036
64	2724	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow do Fonseca CEFET/RJ	👉	4287	2805	3111
65	2795	Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC	👉	2211	8370	2229

Fonte: Webometrics (2024).

Considerando os dados supramencionados sobre a UFMT, pode-se observar que é uma universidade relevante no cenário nacional, e que a aplicação da LGPD na instituição pode contribuir significativamente para outras IFES.

2.4. Framework de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal do Brasil

A Secretaria de Governo Digital (SGD) atualmente subordinada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, possui em sua estrutura o Departamento de Privacidade e Segurança da Informação com o objetivo de promover a cultura de privacidade, segurança da informação e proteção de dados nas entidades e órgãos federais.

Com o intuito de promover a evolução da maturidade e garantir a conformidade legal, a SGD elaborou e disponibilizou modelos e ferramentas que oferecem subsídios técnicos para apoiar as entidades da APF a agir de forma proativa e preventiva. Tais iniciativas visam fortalecer a resiliência institucional e garantir a adoção das melhores práticas em relação à privacidade e proteção de dados.

Em decorrência da aprovação da LGPD, o então Ministério da Economia do Governo Federal, em conjunto com outros entes do executivo, elaboraram o Guia de Boas Práticas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Este guia foi um importante marco no sentido de se esclarecer às entidades da APF os aspectos mais práticos de adequação à lei.

Com o objetivo de dar subsídios práticos às entidades, foi desenvolvido pelo Governo Federal o framework de Privacidade e Segurança da Informação, que contém diversas iniciativas, guias e modelos para contribuir na jornada da conformidade à LGPD.

Um framework é um conjunto de técnicas, ferramentas ou conceitos pré-definidos usados para resolver um problema de um projeto ou domínio específico (UFRRJ, 2020). É, basicamente, uma estrutura de trabalho que atua com funções pré-estabelecidas que se adaptam à situação e à organização em questão. O portal do SGD possui uma página que contém todos os guias, modelos, ferramentas, apresentações de oficinas práticas, *templates*, dentre outros documentos. Abaixo serão apresentados os principais tópicos contemplados pela SGD.

Quadro 1 – Guias e modelos do Framework de Privacidade e Segurança da Informação do SGD

Tópico	Guia	Oficina (vídeo)	Apresentação (powerpoint)	Modelo ou <i>Template</i>	Ferramenta ou Estudo de Caso	Manual da Ferramenta
<i>Framework</i> de Privacidade e Segurança da Informação	•	•	•	•	•	•
Programa de Governança em Privacidade	•	•	•			
Inventário de Dados Pessoais	•	•	•	•	•	
Termo de Uso e Política de Privacidade	•	•	•	•	•	
Avaliação de Riscos	•	•	•		•	
Requisitos e Obrigações quanto à Privacidade e à Segurança da Informação	•	•	•			
Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)	•	•	•	•	•	•
Requisitos Mínimos de Privacidade e Segurança da Informação para Aplicações Web	•	•				

Tópico	Guia	Oficina (vídeo)	Apresentação (powerpoint)	Modelo ou <i>Template</i>	Ferramenta ou Estudo de Caso	Manual da Ferramenta
Resposta a Incidentes de Segurança	•					
Requisitos Mínimos de Privacidade e Segurança da Informação para APIs	•					
Requisitos Mínimos de Privacidade e Segurança da Informação para Aplicativos Móveis	•	•				
Política de Backup				•		
Política de Gestão de Ativos				•		
Política de Controle de Acesso				•		
Gestão de Registros (Logs) de Auditoria				•		
Gerenciamento de Vulnerabilidades				•		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos tópicos abordados no framework, o Programa de Governança em

Privacidade (PGP) estabelece um percurso para a conformidade com os requisitos da LGPD.

O guia do tópico tem como objetivo auxiliar os órgãos e entidades da APF na elaboração de um PGP, em conformidade com o artigo 50 da LGPD. Essa lei determina que a Administração Pública estabeleça regras de boas práticas e governança para o tratamento de dados pessoais, incluindo aspectos como organização, procedimentos, normas de segurança e ações educativas.

Além disso, o programa também busca atender a outros normativos relacionados à privacidade e segurança da informação, desenvolvido pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), tomando como referência o Framework de Privacidade e Segurança da Informação. Essa referência se baseia em diversas publicações e documentos técnicos amplamente utilizados por profissionais da área, como o Center for Internet Security (CIS), a International Organization for Standardization (ISO), o National Institute of Standards and Technology (NIST) e as Autoridades de Proteção de Dados. A equipe técnica da Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação da SGD traduziu para o português as referências escritas em línguas estrangeiras, visando facilitar a disseminação do conhecimento sobre privacidade e segurança da informação (Brasil, 2023a).

O PGP foi elaborado a partir das boas práticas baseadas no ciclo PDCA (*Plan, Do, Check e Act*), bem como nas normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019. Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança – Código de Prática para controles de segurança da informação e ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011. Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Gestão de riscos de segurança da informação (SGD, 2023).

O Programa de Gerenciamento de Privacidade consiste na definição de marcos estruturados em etapas para garantir a conformidade com a LGPD. As etapas foram definidas visando obter um método, estruturado em três etapas, sendo elas: 1) Iniciação e Planejamento, 2) Construção e Execução e, 3) Monitoramento, conforme pode ser observado na Figura 9.

Figura 9 – Etapas do Programa de Governança de Privacidade



Fonte: SGD (2023, p. 12).

As etapas envolvem a análise e identificação de dados pessoais, a definição de políticas e procedimentos internos, a implementação de medidas de segurança adequadas, a nomeação de um encarregado pela privacidade, a realização de treinamentos e conscientização dos funcionários, a revisão e atualização constante das práticas de privacidade, a gestão de incidentes de segurança e a manutenção de registros adequados, conforme pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 – Marcos do Programa de Governança de Privacidade



Fonte: SGD (2023, p. 32).

As etapas são cruciais para estabelecer uma estrutura sólida de proteção de dados e assegurar o respeito à privacidade dos indivíduos, bem como o cumprimento das obrigações legais e a construção de confiança com os clientes e parceiros.

2.5. Gestão Ágil de Projetos com Scrum

De acordo com Sutherland (2014), no livro “Scrum: A arte de fazer o dobro na metade do tempo”, o método de projetos Scrum foi desenvolvido no final dos anos 1990 por Jeff Sutherland e Ken Schwaber com o objetivo de tornar o processo de desenvolvimento de softwares mais rápido, eficaz e confiável. O método comum anterior é o conhecido como cascata, em que um projeto segue um caminho lento e ineficaz.

Sutherland (2014) argumenta que os métodos tradicionais de gestão de projetos são falhos, levando a atrasos e custos excessivos. Ele defende que o Scrum é uma solução para esses problemas, proporcionando maior eficiência e resultados mais previsíveis. O autor traça as origens do Scrum no Sistema Toyota de Produção e no ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir e Agir) da aviação de combate. Ele explica como esses conceitos influenciaram a criação do Scrum como um sistema adaptativo e evolutivo para gerenciamento de projeto.

O autor enfatiza a importância de equipes pequenas e multifuncionais para o sucesso do Scrum. Sutherland discute como essas equipes são organizadas e a razão pela qual essa abordagem é eficaz para maximizar a produtividade e a qualidade do trabalho.

Em continuidade, Sutherland aborda a gestão do tempo no Scrum, destacando a importância dos Sprints (intervalos de tempo fixos para completar um conjunto de trabalho) e das reuniões diárias para manter a equipe focada e alinhada com os objetivos do projeto. O Scrum auxilia a identificar e eliminar desperdícios no processo de desenvolvimento, argumenta que qualquer atividade que não agregue valor ao produto deve ser minimizada ou eliminada.

O autor supracitado menciona que é imperativa a necessidade de se criar planos realistas e baseados em dados concretos, em vez de confiar em suposições e expectativas irreais. Ele explica como o Scrum permite ajustes contínuos com base

no feedback e nas realidades emergentes do projeto. Explora a relação entre a felicidade da equipe e a produtividade. Ele sugere que equipes felizes são mais produtivas e que o Scrum contribui para aumentar a satisfação no trabalho através de uma estrutura clara e objetivos atingíveis.

Sutherland explica a importância de priorizar as tarefas corretamente no Scrum para garantir que a equipe trabalhe sempre nas tarefas mais importantes e que agreguem mais valor ao projeto. Ele descreve técnicas para definir e ajustar prioridades continuamente.

O Scrum pode ser aplicado além do desenvolvimento de software, para transformar organizações e até mesmo a sociedade. Compartilha exemplos de sucesso em diferentes indústrias e contextos, mostrando o potencial do Scrum para promover mudanças significativas.

O livro apresenta o Scrum como uma ferramenta poderosa para melhorar a eficiência, a qualidade e a satisfação no trabalho. Sutherland argumenta que, ao adotar o Scrum, as organizações podem obter resultados extraordinários em menos tempo e com menos desperdício.

O Scrum é uma estrutura leve que auxilia indivíduos, equipes e organizações a gerar valor através de soluções adaptativas para problemas complexos. A metodologia é baseada em um ciclo iterativo e incremental, focado em aumentar a previsibilidade e controlar os riscos. Promove um ambiente onde um *Product Owner* ordena o trabalho em um *Product Backlog*, a equipe Scrum transforma uma seleção desse trabalho em um *Increment* de valor durante um Sprint, e resultados são inspecionados e ajustados para o próximo Sprint (Schwaber e Sutherland, 2020).

Conforme Schwaber e Sutherland (2020), a unidade fundamental do Scrum é uma pequena equipe multifuncional, composta por um Scrum Master, um Product Owner e Developers. Essa equipe não possui subequipes ou hierarquias e é coesa, focando-se em um objetivo de cada vez, o Product Goal. As equipes Scrum são suficientemente pequenas para permanecerem ágeis e grandes o bastante para completar um trabalho significativo dentro de um Sprint, geralmente com até 10 membros. A autogestão é um princípio chave, permitindo que a equipe decida internamente quem faz o quê, quando e como.

Na afirmação de Schwaber e Sutherland (2020), o scrum emprega quatro

eventos formais para inspeção e adaptação: Sprint Planning, Daily Scrum, Sprint Review e Sprint Retrospective. Esses eventos são contidos dentro de um evento maior, o Sprint, que é o ciclo de trabalho de duas a quatro semanas em que o Increment é criado. Os artefatos do Scrum, que incluem o Product Backlog, o Sprint Backlog e o Increment, proporcionam transparência e facilitam a inspeção e adaptação contínuas. A eficácia do Scrum depende da habilidade da equipe em aderir aos seus princípios e valores, bem como em adaptar-se continuamente através de ciclos iterativos de inspeção e adaptação. O Scrum é projetado para tornar visível a eficácia da gestão, do ambiente e das técnicas de trabalho, promovendo melhorias contínuas.

No capítulo 3 serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na revisão da literatura bem como a caracterização do trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Revisão da Literatura

A revisão da literatura foi realizada com uma busca abrangente em diversas bases de indexação reconhecidas, incluindo Web of Science, Scopus, Scielo, Periódicos CAPES e Google Scholar. O objetivo principal foi identificar artigos relevantes relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), utilizando diferentes estratégias de busca para maximizar a cobertura dos estudos existentes sobre o tema.

Na Web of Science, a pesquisa foi conduzida em todos os campos utilizando a string de busca `ALL=(lgpd OR "lei geral de proteção de dados" OR "general data protection law")`. Esta abordagem resultou em 176 artigos, dos quais oito eram revisões de literatura e 76 estavam disponíveis em acesso aberto. A escolha de buscar em todos os campos permitiu a identificação de uma ampla gama de estudos, incluindo aqueles que, embora não centrados na LGPD, abordavam aspectos relevantes para a pesquisa.

Para a base Scopus, foi utilizada a mesma string de busca, com uma abordagem diferenciada focada em título, resumo e palavras-chave. Essa estratégia resultou em 117 documentos, dos quais 44 eram de acesso aberto. A decisão de restringir a busca a esses campos específicos visou aumentar a relevância dos resultados, concentrando-se em documentos que tratassem diretamente dos principais aspectos da LGPD.

No Scielo.org, a aplicação da mesma string de pesquisa resultou em 13 artigos. A menor quantidade de resultados nesta base é condizente com o escopo mais restrito do Scielo, que é voltado para publicações de maior relevância na América Latina.

A busca no Periódicos CAPES foi conduzida utilizando as keywords "lgpd" e "universi*". Essa estratégia gerou 119 documentos, indicando a relevância do tema nas instituições de ensino superior, especialmente em estudos voltados para a aplicação da LGPD no contexto acadêmico.

Considerando a necessidade de uma visão mais abrangente e diversificada,

foram realizadas buscas adicionais no Google Scholar. A primeira busca, utilizando a string `"lgpd" OR "lei geral de proteção de dados"`, retornou 14.500 resultados, refletindo a ampla disseminação do tema. Para refinar os resultados e torná-los mais pertinentes à pesquisa, uma segunda string foi aplicada: `(lgpd OR "lei geral de proteção de dados") AND (método OR framework OR adequação OR conformidade) AND ifes``, resultando em 200 documentos. Esses resultados foram analisados de acordo com o filtro de relevância da própria ferramenta, selecionando os documentos mais significativos para o desenvolvimento do trabalho.

A primeira etapa da seleção dos artigos foi realizada na ferramenta Parsifal¹, onde os resultados das bases Web of Science e Scopus foram exportados no formato BibTeX. Inicialmente, foram descartados os artigos duplicados, restando 67 artigos da Web of Science e 79 da Scopus.

Em seguida, foi realizada uma análise considerando os critérios de seleção, inicialmente focada apenas nos títulos, classificando-os como aceitos ou rejeitados. Para os artigos aceitos, uma segunda análise foi conduzida com a leitura e seleção baseadas nos resumos.

Quadro 2 – Critérios de seleção dos artigos nas bases WoS e Scopus

Inclusão	Exclusão
Artigos que abordem temas relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais, incluindo a LGPD	Artigos duplicados
Artigos que utilizem abordagens teóricas, empíricas, ou ambas	Artigos em idiomas diferentes de inglês, português e espanhol
	Artigos que não abordem temas relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais
	Artigos que não apresentem métodos ou resultados relevantes para a pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹ Ferramenta online para revisões sistemáticas de literatura, permite a colaboração remota, auxiliando desde o planejamento até a condução, incluindo importação de bibtex, seleção de estudos, detecção de duplicatas e extração de dados. Disponível em <https://parsif.al/about>.

Após o processo de seleção e aplicação dos critérios tanto no título quanto no resumo, 18 artigos foram aceitos, sendo 12 provenientes da Web of Science (66,67%) e seis da Scopus (33,33%). Na etapa subsequente, foi realizada a busca pelos textos completos dos artigos selecionados. Três desses artigos não estavam disponíveis para acesso livre, resultando em 15 artigos encaminhados para leitura completa e análise final.

Em relação à seleção de documentos no Google Scholar, após aplicar os filtros da própria ferramenta, foram selecionados cinco artigos e três dissertações que abordam a LGPD no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Considerando os documentos selecionados, nove deles estão diretamente relacionados ao tema deste trabalho, incluindo artigos, dissertações e monografias. Destacam-se estudos como:

Souza (2022), analisou a conformidade de 18 IFES na perspectiva dos servidores, sejam eles envolvidos ou não com privacidade e proteção de dados.

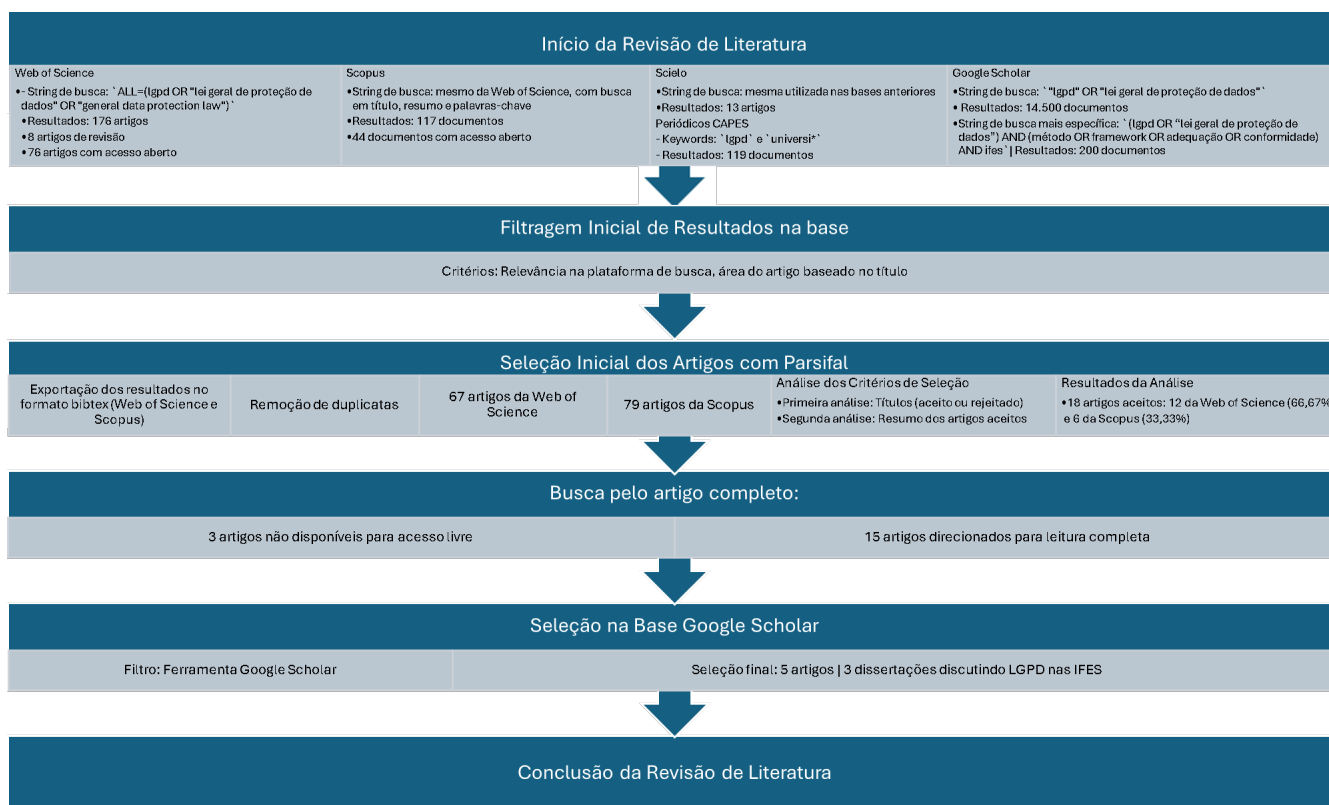
Marques (2022) avaliou a adequação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aos normativos publicados pela instituição.

Teodoro *et al.* (2023) propôs um modelo teórico para o processo de adaptação à LGPD aplicado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Jesus (2022) desenvolveu um método de conformidade utilizando a ISO 27701 na Universidade de Rio Verde.

Este processo detalhado de revisão da literatura permitiu a construção de uma base sólida para o desenvolvimento deste trabalho, garantindo que as referências incluídas sejam pertinentes e com relevância para a temática investigada. Conforme pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Revisão da Literatura



Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, um diferencial significativo deste trabalho em comparação aos estudos revisados, é a utilização do Guia do Programa de Governança em Privacidade (PGP), elaborado pela Secretaria de Governo Digital (SGD), como modelo referencial, conforme apresentado na seção 2.4.

Este guia foi desenvolvido pelo órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que inclui as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) entre seus membros.

A escolha deste método como base para o presente estudo se justifica pela estreita relação entre o SISP e as necessidades específicas dos órgãos da Administração Pública Federal (APF).

Tal proximidade garante um alinhamento mais preciso e contextualizado com as demandas e desafios enfrentados pelas IFES no que diz respeito à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Dessa forma, o uso do PGP proporciona uma abordagem mais direcionada e prática, permitindo a aplicação de diretrizes adaptadas às realidades das instituições públicas de ensino.

3.2. Caracterização da Pesquisa

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa, embora possa incluir a quantificação de variáveis, distingue-se da pesquisa quantitativa por sua ênfase na perspectiva do indivíduo que está sendo estudado. O foco principal é entender as percepções dos participantes e interpretar o ambiente em que o fenômeno ocorre, inserindo o pesquisador no contexto natural dos indivíduos envolvidos (Martins, 2018).

A escolha pela abordagem qualitativa neste estudo se justifica pela necessidade de captar as nuances e complexidades inerentes ao processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em uma instituição de ensino superior. Conforme Flick (2014), a abordagem qualitativa permite explorar profundamente as experiências e percepções dos indivíduos, proporcionando uma compreensão contextualizada e rica. Essa perspectiva é essencial em estudos que envolvem mudanças organizacionais e culturais, como a adaptação a novas regulamentações de privacidade e proteção de dados, onde as dinâmicas humanas e institucionais desempenham um papel central (Creswell, 2014).

De acordo com os objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva que utiliza o método de estudo de caso. O estudo de caso, como método de pesquisa, é particularmente adequado para investigar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real (Yin, 2018). No contexto da implementação do Programa de Governança em Privacidade, em uma IFES, conforme os parâmetros adaptados de estabelecido pelo SGD, oferece um cenário ideal para essa abordagem.

Segundo Stake (2010), o estudo de caso permite uma análise profunda das particularidades de um caso específico, facilitando a compreensão de questões complexas e interrelacionadas, como as práticas de conformidade com a LGPD. Essa análise contextualizada é crucial para entender as especificidades do processo em uma instituição pública de ensino superior.

Como Nakano (2018, p. 66) destaca, o estudo de caso é caracterizado como uma “análise aprofundada de um ou mais objetos (casos), utilizando múltiplos instrumentos de coleta de dados e promovendo a interação direta entre o pesquisador e o objeto de estudo.” Esse método permite uma compreensão detalhada e contextualizada do fenômeno em questão.

Cauchick-Miguel (2018, p. 131) reforça que o estudo de caso é uma investigação empírica que busca explorar um fenômeno atual dentro do contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e seu contexto não são claramente definidas. A principal vantagem desse método reside na possibilidade de aprofundar o entendimento de eventos reais e contemporâneos, oferecendo insights valiosos para a pesquisa.

A coleta de dados no presente estudo é predominantemente documental, com ênfase na análise de documentos governamentais relacionados ao tema e no método do Programa de Governança em Privacidade (PGP) da SGD, que serviu como base para a definição do projeto de conformidade na UFMT. Além disso, foram coletados dados sobre os procedimentos adotados e os artefatos produzidos durante a implementação do projeto.

A coleta de dados documental é uma estratégia fundamental para a compreensão das diretrizes e exigências impostas, bem como para a análise das práticas adotadas pela UFMT no processo de conformidade. Segundo Bowen (2009), a análise de documentos proporciona insights valiosos, permitindo a triangulação com outras fontes de dados e enriquecendo a compreensão do fenômeno estudado. Na UFMT, a análise de artefatos como relatórios e manuais internos oferece uma visão detalhada da implementação do PGP, revelando tanto as dificuldades enfrentadas quanto as soluções adotadas.

No capítulo 4, serão apresentados os resultados da adequação realizada pela UFMT, detalhando as etapas, ações e experiências vivenciadas ao longo do processo.

4. ADEQUAÇÃO DO FRAMEWORK DO GOVERNO FEDERAL NA UFMT

Nesta seção serão descritos, o método abordado durante o processo de conformidade, os principais marcos da adoção da lei pela universidade, bem como análise das ações de conformidade à LGPD na UFMT.

Para contextualizar o cenário da UFMT no que diz respeito à lei, a figura 12 apresenta o panorama histórico da LGPD na instituição, com ações que compreendem o período entre 2018 e 2023.

Figura 12 – Panorama histórico da LGPD na UFMT.



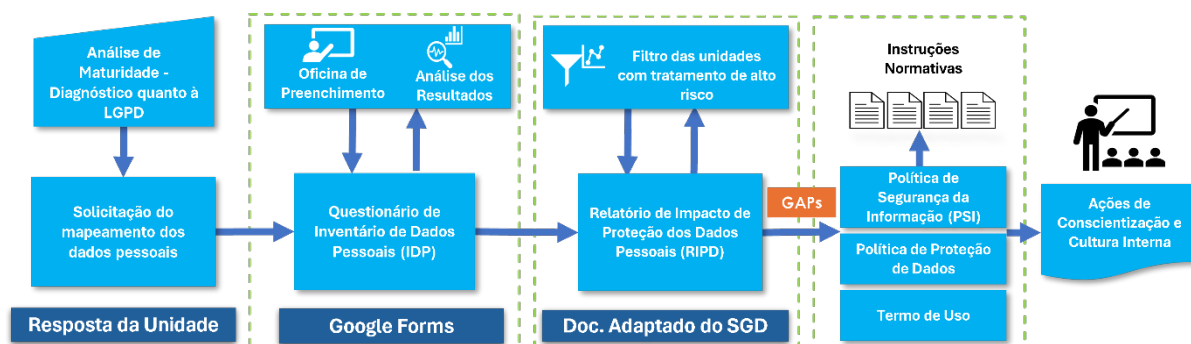
Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante a elaboração do projeto estratégico, foram definidos produtos:

1. Nomeação de Comissão de Adequação à LGPD;
2. Diagnóstico de maturidade à LGPD;
3. Inventário de Dados Pessoais;
4. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais;
5. Política de Segurança da Informação, Política de Proteção de Dados e Termo de Uso;
6. Ações de Conscientização e Cultura Interna.

Na metodologia implementada na UFMT, descrito na Figura 13, foram priorizados os grandes marcos do PGP, tais como: Análise de Maturidade - Diagnóstico do atual estágio de adequação à LGPD, Inventário de Dados Pessoais (IDP), Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), Política de Segurança da Informação (PSI), Política de Proteção de Dados e ações de conscientização e criação da cultura de segurança da informação. A observação pretendida nesse método é verificar a viabilidade de uma metodologia mais enxuta para realizar uma adequação mínima à LGPD no período de 1 ano de implantação e nos anos subsequentes ajustar os outros marcos necessários para o processo de melhoria contínua dos mecanismos de controle da conformidade.

Figura 13 – Método de implantação da LGPD na UFMT



Fonte: Elaborado pelo autor.

A seleção desses marcos principais para metodologia proposta é baseada na própria LGPD, como pode ser observado em Brasil (2018), quando afirma no Art. 32 que “A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais (...)”. Sendo assim, é uma obrigação das IFES ter o RIPD da sua instituição elaborado, caso seja cobrada pelos órgãos fiscalizadores.

Ainda de acordo com Brasil (2018), o RIPD é um documento que “(...) deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.”. Dessa forma, para realizar o RIPD é necessário, primeiramente, a

construção do IDP.

O IDP é um documento que cataloga as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela instituição, por meio, da descrição das seguintes informações: (1) identificação do serviço/processo; (2) identificação dos agentes de tratamento e encarregado; (3) atuação do operador no ciclo de vida do dado pessoal; (4) fluxo de tratamento dos dados pessoais; (5) escopo e natureza dos dados pessoais; (6) finalidade do tratamento dos dados pessoais; (7) categorias de dados pessoais; (8) categorias de dados pessoais sensíveis; (9) frequência e totalização das categorias de dados pessoais tratados; (10) categorias de titulares de dados pessoais; (11) compartilhamento de dados pessoais; (12) medidas de segurança/privacidade; (13) transferência internacional de dados pessoais (Machado, 2021). Com o mapeamento de dados realizado no IDP, torna-se possível a elaboração do RIPD.

Contudo, para a construção do IDP e do RIPD, é necessário entendermos o grau de maturidade da instituição com relação à conformidade a LGPD, dessa forma, o marco “Análise de Maturidade - Diagnóstico do atual estágio de adequação à LGPD” também é um documento essencial para saber em que ponto a instituição se encontra e o percurso para a conformidade.

Com os riscos apresentados pelo RIPD, a instituição deve propor um conjunto de ações para atenuá-los, conforme o que dispõe no Art. 50 da LGPD (Brasil, 2018), onde “o controlador deve implementar um programa de governança em privacidade que estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade”. Sendo assim, uma PSIPD da instituição cumpre essa função de mitigação dos riscos no tratamento de dados pessoais.

Por fim, ações de conscientização e cultura interna na instituição pretendem atender também ao Art. 50 da LGPD (Brasil, 2018) com relação às ações educativas que tenham “o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular” no processo de tratamento de dados pessoais.

A seguir serão apresentados os resultados de cada um dos marcos das etapas realizadas.

4.1. Nomeação do Encarregado de Dados

Trazendo dados de UFMT (2023), em atenção ao disposto no artigo 23, inciso I da Lei nº 13.709/2018, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) instituiu pela Portaria nº. 109/2021, de 25 de fevereiro de 2021, a nomeação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito da UFMT.

As atribuições do encarregado estão definidas no §2º, Art. 41º da LGPD (UFMT, 2023):

- a) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- b) receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- c) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- d) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

4.2. Comissão de Implantação da LGPD

Em portaria de designação da reitoria da universidade, foram indicados seis membros. Dos membros, quatro são lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/UFMT), sendo um Docente do Instituto de Computação e Secretário da STI, um Técnico em Telecomunicação e Chefe da Secretaria da STI, 1 Tecnólogo em Redes de Computadores – Gerência de Redes e Telecomunicações (GRT/STI) e um Técnico em Administração – Gerência de Projetos e Governança de TI (GPG/STI).

Também foram indicados, um Docente do Instituto de Computação (IC), e o servidor que acumula a função de Ouvidor Geral e de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

Após a formalização da comissão e projeto estratégico, identificou-se como necessidade a disponibilização de uma página institucional para comunicação das ações relacionadas à LGPD². Foram dispostas na página informações sobre a lei,

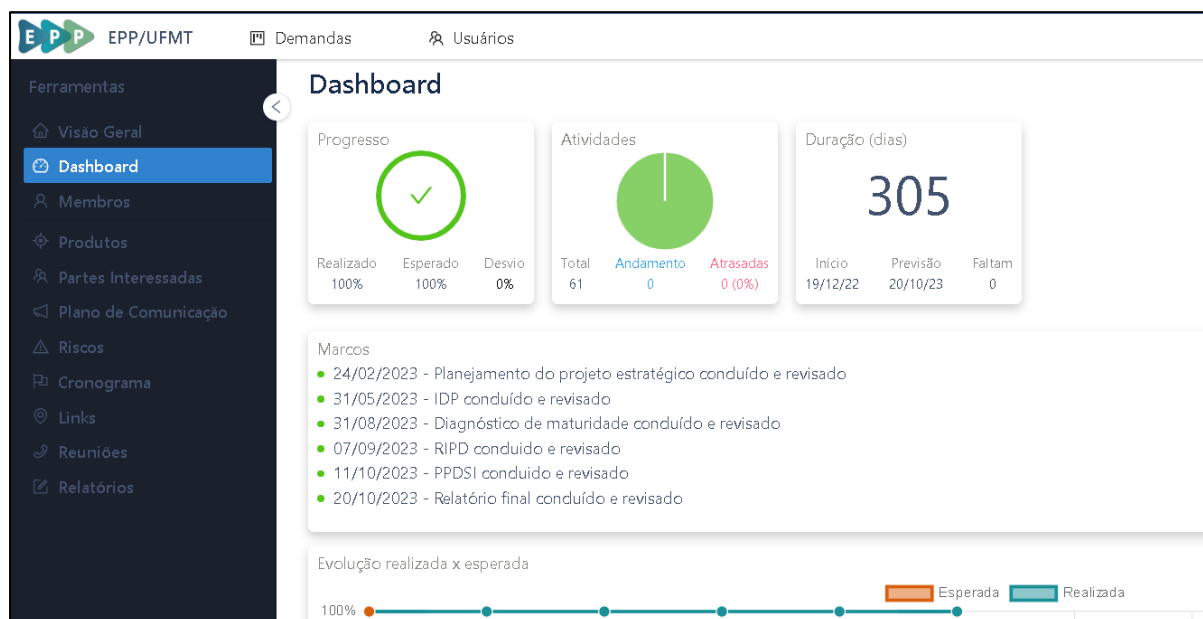
² <https://www.ufmt.br/unidade/lgpd/pagina/apresentacao/11253>

composição da comissão, pareceres técnicos, cursos de capacitação, perguntas e respostas e biblioteca LGPD.

4.3. Projeto Estratégico de Conformidade à LGPD

A adequação à LGPD na UFMT foi realizada a partir da criação de um projeto estratégico, com duração de 1 ano, monitorado pelo Escritório de Projetos e Processos (EPP) e pela reitoria. O projeto foi verificado quinzenalmente pela equipe do EPP em ferramenta própria de gestão de projetos desenvolvida internamente pela unidade, sendo controlados os prazos, produtos, tarefas, riscos, entre outros indicadores. Na figura 14 pode-se observar o dashboard de acompanhamento com o progresso percentual do projeto, atividades em andamento e atrasadas, duração do projeto, e marcos alcançados.

Figura 14 – Dashboard de Controle de Projetos Estratégicos da UFMT.



Fonte: Elaborado pelo autor.

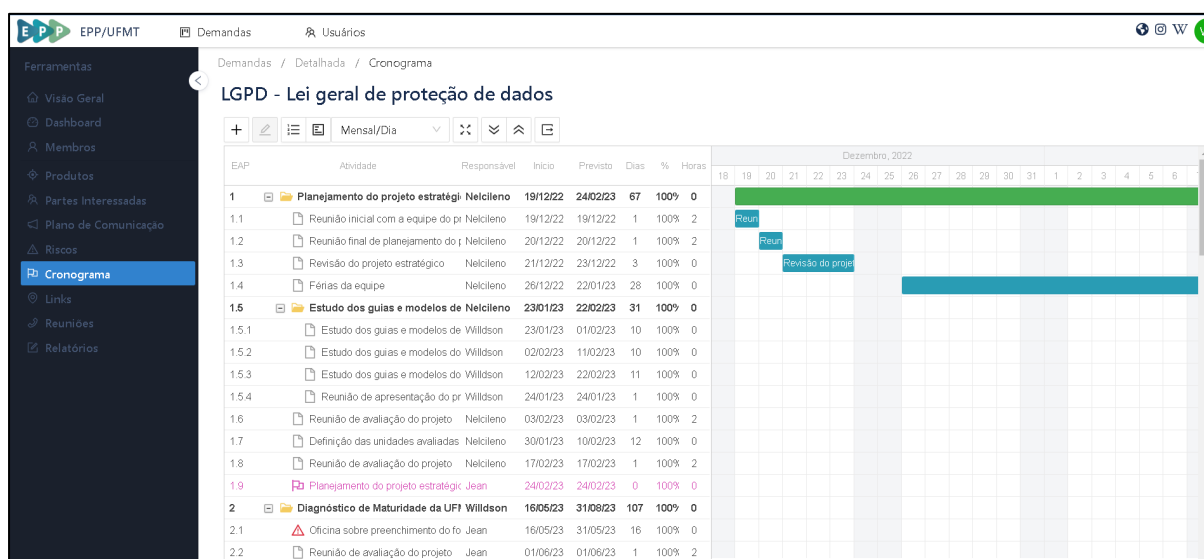
A comissão de adequação à LGPD utilizou-se do método ágil de projetos Scrum, detalhado na seção 2.5 - Gestão Ágil de Projetos com Scrum. Reuniram-se semanalmente para definição das tarefas das sprints, reuniões às quartas-feiras em formato preferencialmente presencial, caso não fosse possível, realizava-se em modo

virtual.

As tarefas em atribuídas aos membros do time considerando as habilidades e possibilidades quanto à disponibilidade de tempo e recursos, o prazo era definido e acompanhado nas reuniões semanais.

A figura 15 apresenta o cronograma de atividades do projeto, segmentadas em etapas, com início e término predefinido, contagem de dias e percentual concluído para cada etapa e atividade.

Figura 15 – Projeto de Conformidade à LGPD



Fonte: Elaborado pelo autor.

O método do projeto foi considerado pela equipe dinâmico e produtivo, além de permitir uma boa interação entre os membros do time e boa consciência geral do andamento do projeto.

4.4. Diagnóstico de Maturidade

O diagnóstico foi a primeira ação do projeto, com objetivo de avaliar o nível de aderência à LGPD antes de serem todas iniciativas. Realizado com base no artefato próprio desenvolvido pela SGD, denominado “Diagnóstico e Índice de Maturidade de Segurança para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD”, que avalia uma instituição de acordo com o índice calculado a partir das

respostas em sete categorias de perguntas; 1 – Governança, 2 – Conformidade legal e respeito aos princípios, 3 – Transparência e direitos do titular, 4 – Rastreabilidade, 5 - Adequação de contratos e de relações com parceiros, 6 - Segurança da Informação e 7 - Violações de dados. As respostas possíveis para cada questão estão relacionadas às ações tomadas, sendo a) não adota, b) iniciou plano para adotar, c) adota parcialmente e d) adota integralmente.

Com isso, conforme demonstrado na Tabela 2, o índice varia entre 0,00 e 1,00, correspondendo ao respectivo nível de adequação.

Tabela 2 – Índice de nível de adequação

Índice	Nível de Adequação
0,00 a 0,29	Inicial
0,30 a 0,49	Básico
0,50 a 0,69	Intermediário
0,70 a 0,89	Em Aprimoramento
0,90 a 1,00	Aprimorado

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado obtido pela UFMT foi de 0,14, correspondente ao nível de adequação “Inicial”, esperado para instituições ainda com ações em estágio incipiente.

4.5. Inventário de Dados Pessoais

O Inventário de Dados Pessoais (IDP) foi realizado com a adaptação do *template* do SGD, que disponibiliza um modelo de planilha, com o mapeamento organizado em serviços ou processos. A comissão de adequação em análise ao modelo, decidiu simplificar o IDP para ser realizado por unidades da alta gestão, denominadas como unidades superiores. A coleta de dados foi adaptada de planilha para formulário, utilizando-se a ferramenta Google Forms.

O formulário contou com 49 categorias de dados segmentados por seções, 207 tipos de dados relacionados para possível marcação e dez tipos de dados sensíveis, disponível na íntegra no Apêndice B.

Visando a aplicação do formulário, baseado na Resolução do Conselho Diretor nº 28 de 25 de março de 2022³, que aprova a estrutura organizacional tanto administrativa quanto acadêmica da universidade, foi definido o mecanismo para preenchimento do inventário pelas unidades. Na Figura 16 é apresentada a nomenclatura das unidades quanto ao nível hierárquico, bem como suas unidades subordinadas.



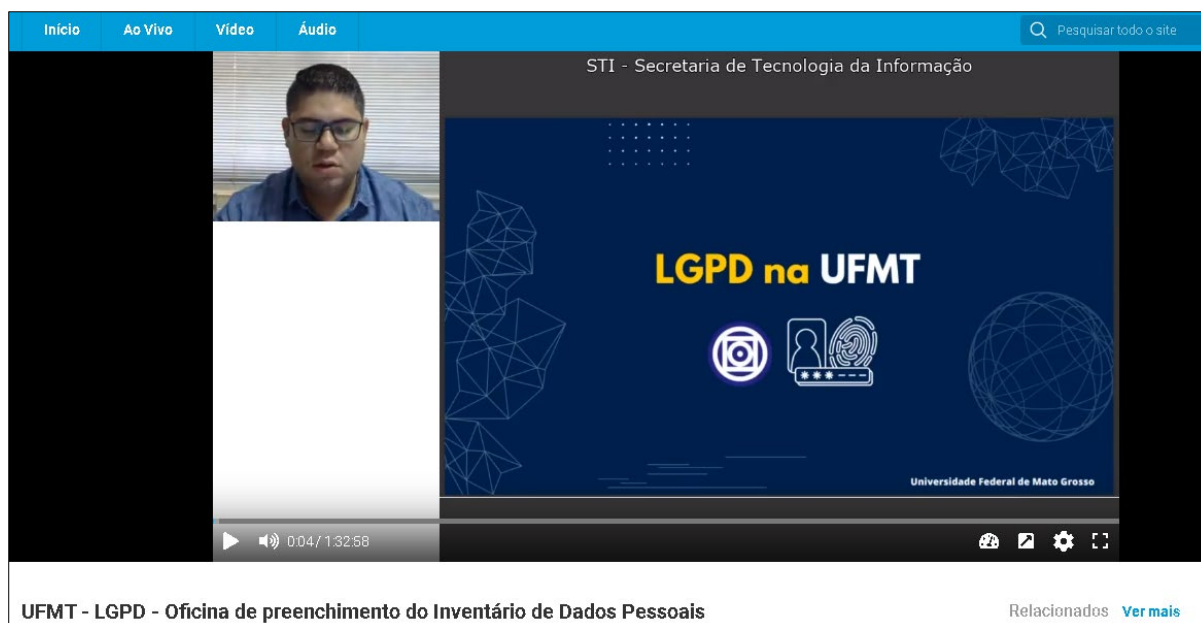
Fonte: Elaborado pelo autor.

As unidades superiores (reitoria, vice-reitoria, pró-reitorias, secretarias, escritórios, institutos e faculdades) deveriam reunir-se com suas unidades subordinadas (coordenações, gerências, supervisões, departamentos, entre outros) para analisar os tratamentos de dados nos serviços e processos para posterior consolidação em um mesmo formulário com as respostas da unidade superior e subunidades. Com objetivo de subsidiar respostas assertivas das unidades, a comissão elaborou uma oficina de preenchimento do Inventário de Dados Pessoais, ao vivo em formato digital⁴.

³ <https://cms.ufmt.br/files/galleries/16/resolucaoCD28-25-03-2022.pdf>

⁴ <https://eduplay.rnp.br/portal/video/183209>

Figura 17 – Oficina virtual de preenchimento do IDP



Fonte: Elaborado pelo autor.

Das 53 unidades superiores relacionadas para o IDP, 34 (64,1%) responderam o formulário. No entanto, devido a possibilidade de correlação de dados da unidade superior com as unidades subordinadas, foi incentivada a resposta direta também das unidades subordinadas. Dessa forma, foram recebidas um total de 78 respostas, descrevendo as operações de tratamento. Considerando as operações inventariadas, cabe exemplificar que os dados sensíveis de origem racial ou étnica são os mais coletados, armazenados, processados e compartilhados, conforme a resposta de 21 das unidades. Os tratamentos destes dados são realizados normalmente em dados de alunos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

4.6. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais

Conforme ANPD (2023) para ser caracterizado como tratamento de alto risco, um tratamento deve atender ao menos a um critério geral e um específico. O critério geral compreende o tratamento em larga escala ou tratamento que possa afetar significativamente os interesses e direitos do titular. O critério específico se constitui de quatro possibilidades de tratamento, uso de tecnologias emergentes ou inovadoras, vigilância ou controle de zonas acessíveis ao público, decisões tomadas

unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais para perfilamento ou a utilização de dados pessoais sensíveis ou de dados pessoais de crianças, de adolescentes e de idosos.

Das 34 unidades superiores respondentes do IDP, foi desenvolvido pela comissão uma ferramenta para análise da unidade quanto ao tratamento de alto risco, baseado nos critérios da ANPD (Figura 18).

Figura 18 – Critérios para definição de tratamento de alto risco

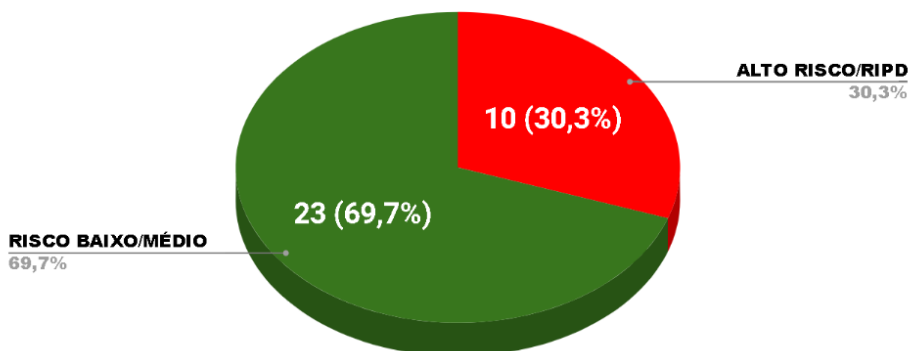


Fonte: ANPD (2023).

Conforme apresentado na Figura 19, das 34 unidades respondentes, 23 foram caracterizadas com risco baixo/médio e dez consideradas de alto risco, que se faz necessário a elaboração do RIPD. A comissão de adequação desenvolveu um modelo adaptado do *template* do framework para RIPD, com campos e dados que representem o contexto do tratamento de dados pessoais da instituição.

Figura 19 – Classificação das unidades com tratamento de alto risco

Resultado da Avaliação



Fonte: Elaborado pelo autor.

As unidades superiores que de acordo com a critérios incorporados na ferramenta foram classificadas como tratamento de alto risco e que foram elaborados Relatórios de Impacto à Privacidade são as seguintes:

- Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE);
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG);
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- Secretaria de Relações Internacionais (SECRI);
- Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC);
- Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET);
- Faculdade de Direito (FD);
- Faculdade de Medicina (FM);
- Instituto de Biociências (IB).

A ferramenta de filtragem foi considerada uma importante inovação no processo, visto que a análise manual dos critérios seria dispendiosa para a equipe, e considerando que não foi encontrada nas buscas uma ferramenta que contribuísse para a análise. A ferramenta de filtragem está disponível no Apêndice C, o modelo de RIPD adaptado pela UFMT do modelo do SGD, encontra-se descrito no Apêndice D.

Na análise de riscos nos RIPDs, foi aplicada a Política de Gestão de Riscos

da UFMT, aprovada pela Resolução Consuni nº 24/2018⁵. A matriz de riscos, apresentada na figura 20, adaptada de modelo proposto pelo CGU, representa os possíveis resultados da combinação das escalas de probabilidade e impacto.

Figura 20 – Matriz de Riscos

Impacto	Muito Alto	5	5	10	15	20	25
	Alto	4	4	8	12	16	20
	Médio	3	3	6	9	12	15
	Baixo	2	2	4	6	8	10
	Muito Baixo	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5	
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
		< 10%	10 a 30%	31 a 50%	51 a 90%	> 90%	
		Probabilidade					

Fonte: UFMT (2023).

O nível de risco é obtido através do cálculo da *Probabilidade x Impacto*, que de acordo com classificação definida por UFMT (2023), segue as seguintes faixas: Risco Pequeno (RP): 1 a 2 (representado pela cor verde), Risco Moderado (RM): 3 a 6 (amarelo), Risco Alto (RA): 8 a 15 (laranja) e Risco Crítico (RC): 16 a 25 (vermelho). Com o uso do método foram avaliados os riscos referentes ao tratamento de dados pessoais e, caso o risco for avaliado como alto, medidas de mitigação ou controle foram definidos para redução do risco a um nível aceitável.

4.7. Normativos

Visando subsídio e acompanhando das diretrizes da LGPD, foram elaborados e aprovados três normativos basilares para assegurar a proteção dos dados pessoais na tutela da instituição, são eles: Política de Segurança da Informação, Política de Proteção de Dados e Termo Geral de Uso. Os normativos foram elaborados tomando por base os modelos do SGD e documentos de outras instituições públicas,

⁵ https://cms.ufmt.br/files/galleries/121/CGGRC/Metodologia_Gest%C3%A3o_Riscos_UFMT_2023.pdf

adaptados ao cenário da UFMT.

4.8. Treinamento dos Colaboradores da Instituição

A ação de treinamento e conscientização iniciou com a Oficina de Preenchimentos do Inventário de Dados Pessoais, descrita na seção 4.5 e a proposta é de que evolua para elaboração de cursos no modelo MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses), com certificação emitido e reconhecido pela área de Gestão de Pessoas, em alinhamento ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), tornando parte da cultura da instituição.

Planeja-se também a elaboração periódica de material de divulgação para serem utilizados no portal institucional, envio em lista de e-mail, afixação nos ambientes personalizados para perfil de titular e/ou operador: aluno, técnico administrativo, docente, colaborador terceirizado, pesquisador, aluno de extensão, cidadão.

4.9. Dificuldades Encontradas na Adequação

No percurso da adequação foram identificadas dificuldades que devem ser elencadas, a urgência do projeto de adequação e os desafios impostos quanto a escopo e prazo, impactaram significativamente nas atividades, sendo destacadas a seguir dificuldades significativas:

a) – Restrição de servidores nas unidades que pudessem contribuir nas ações encaminhadas pela Comissão de Adequação;

b) – Restrição de profissionais capacitados em privacidade, proteção de dados e segurança da informação, indispensáveis em todas as fases do processo, mas principalmente para atuação direta na Comissão de Adequação;

c) – Complexidade da estrutura e cultura administrativa, dificultando a celeridade de ações nas unidades;

d) – A Lei 13.709/18 trouxe muitos conceitos até então desconhecidos, com pontos não regulamentados ou esclarecidos, criando um ambiente de dúvida na relação da LGPD com outras legislações, em especial a relação com a Lei de Acesso

à Informação (LAI). Dessa forma, é importante esclarecer que a LGPD não sobrepõe a LAI, as leis necessitam coexistir, sendo divulgado o necessário para a transparência sem exceder o razoável quanto a quantidade de dados divulgados bem como a necessidade de estarem totalmente visíveis. Os dados selecionados devem ser o mínimo necessário para cumprir a medida legal de transparência, reduzindo dados como números de documentos de forma que não estejam explícitos.

5. PROPOSTA DE PROCESSO ESTRUTURADO DE COMPLIANCE

A proposta de Processo Estruturado para Compliance LGPD surgiu da necessidade da UFMT de se adequar à lei e das experiências do projeto na instituição, e pode ser utilizado como subsídio para outras instituições no processo de adequação.

O processo proposto é fortemente inspirado e adaptado em parte do framework da Secretaria de Governo Digital do Governo Federal. No entanto, muito do que se propõe é resultante da experiência na UFMT e consolidado de outras fontes como a ANPD.

O processo foi organizado em três etapas formando um fluxo contínuo, conforme pode ser observado na Figura 21:

1. Estrutura de Governança para Proteção de Dados;
2. Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas e;
3. Indicadores, Incidentes e Comunicação.

Figura 21 – Etapas do Processo Estruturado Proposto

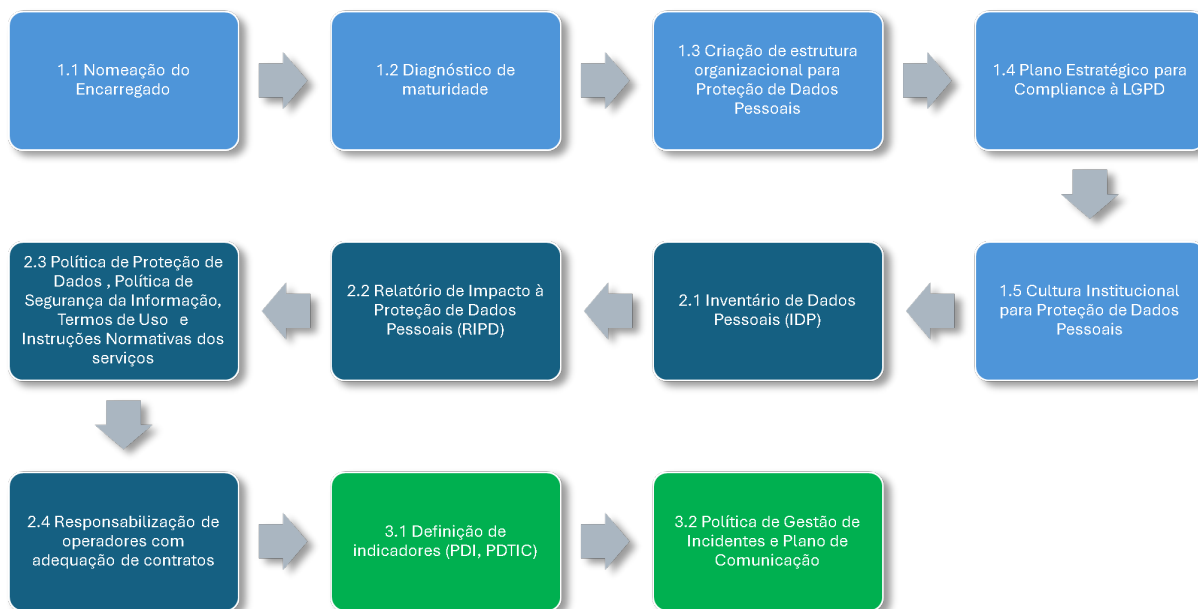


Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando-se as três etapas, foram definidas 11 ações para uma

conformidade enxuta com a LGPD. Sendo na Etapa 1 – cinco ações, Etapa 2 – quatro ações e Etapa 3 – duas ações, conforme detalhado na Figura 22:

Figura 22 – Ações das Etapas de Compliance



Fonte: Elaborado pelo autor

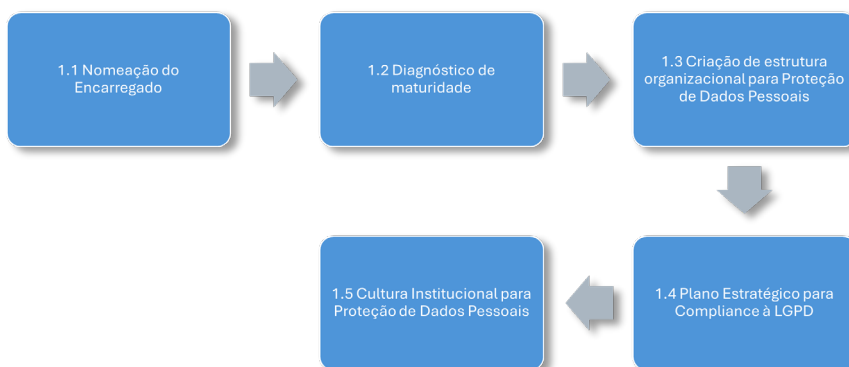
A seguir serão descritas as ações, o detalhamento de cada numa delas e as recomendações para um processo mais estruturado e otimizado.

5.1. Etapa 1 – Estrutura de Governança para Proteção de Dados Pessoais

A etapa 1 denominada Estrutura de Governança para Proteção de Dados, é composta por cinco ações preliminares e relevantes para criação de uma base sólida para o processo de compliance.

As ações definidas na etapa 1, são: 1.1 – Nomeação do Encarregado, 1.2 – Diagnóstico de Maturidade, 1.3 – Criação de Estrutura Organizacional, 1.4 – Cultura Institucional para Proteção de Dados Pessoais, 1.5 – Plano Estratégico para Compliance à LGPD; conforme Figura 23. Nas seções seguintes serão detalhadas cada uma das ações.

Figura 23 – Ações da Etapa 1



Fonte: Elaborado pelo autor

Ação 1.1 – Nomeação do Encarregado

O encarregado pelo tratamento de dados é o responsável pela interface entre o controlador e o externo, em especial com a ANPD e titulares de dados.

Deve ter boa capacidade de interlocução com as unidades internas da instituição, visando o atendimento dos requisitos da LGPD, bem como na resposta de demandas externas.

Considerando a similaridade das atividades, recomenda-se a vinculação da função na área de Ouvidoria ou Auditoria Interna.

Ação 1.2 – Diagnóstico de Maturidade

Avalia o nível de aderência com os requisitos da LGPD anterior ao início da adequação, recomenda-se utilizar o formulário do SGD.

Ação 1.3 – Criação de Estrutura Organizacional para Proteção de Dados Pessoais

É indispensável a criação de uma Comissão de Compliance à LGPD, com escopo de trabalho em níveis tático e operacional, deve ser composta preferencialmente representantes de unidades que possuam relevância no ciclo de tratamento de dados pessoais ou que possam colaborar efetivamente no projeto,

como: área de TI, Jurídico, Gestão Acadêmica, Gestão de Atividades de Pesquisa, Unidade de Gestão da Extensão, Unid. Gestão Administrativa e Contratos.

O Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais com escopo de trabalho a nível estratégico, delibera sobre a gestão da privacidade, proteção de dados e segurança da informação.

É importante avaliar a criação de uma unidade administrativa com estrutura para abarcar as demandas de privacidade e proteção de dados na instituição.

Ação 1.4 – Plano Estratégico de Compliance à LGPD

Documento que define o escopo da adequação, as etapas, ações, responsabilidades e prazos. Deve ser construído considerando a estrutura e equipe para o projeto.

Ação 1.5 – Cultura Institucional para Proteção de Dados Pessoais

Fomentar e promover iniciativas de treinamentos, eventos, estudos de caso, produção de material sobre Privacy by Design (Privacidade desde a concepção); Privacy by Default (Privacidade por padrão); Security by Design and by Default (Segurança desde a concepção e por padrão); Vazamento de dados; Malwares; Boas Práticas; entre outros.

Podem ser utilizadas as cartilhas do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.BR) como referencial, abarcam conteúdos diversos sobre segurança da informação, como cartilhas, fascículos, apresentações e documentos. Nos fascículos são abordados diversos assuntos relacionados a segurança da informação que podem mitigar violações de dados pessoais, como: autenticação, backup de dados, proteção de dados, vazamento de dados, entre outros (CERT.BR,2014). Conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24 – Coleção de Fascículos do Cert.BR



Fonte: Cert.BR (2024)

Criação de página da LGPD no portal: A página sobre a LGPD pode ser utilizada como ponto focal de informações sobre o processo de Compliance na instituição e divulgações das ações de cultura de privacidade e proteção e dados.

5.2. Etapa 2 – Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas

A etapa 2 denominada Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas, é composta por quatro ações, visando mapear a situação da instituição quanto aos aspectos da lei, bem como mapear e analisar os riscos identificados e consolidar os documentos necessários.

As ações definidas na etapa 2, são: 2.1 – Inventário de Dados Pessoais (IDP); 2.2 – Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD); 2.3 – Política de Proteção de Dados, Política de Segurança da Informação; Termos de Uso e Instruções Normativas e 2.4 Responsabilização de Operadores com Adequação de Contratos. Na Figura 25 podemos visualizar estas ações. Nas seções seguintes serão detalhadas cada uma das ações.

Figura 25 – Ações da Etapa 2



Fonte: Elaborado pelo autor

Ação 2.1 – Inventário de Dados Pessoais (IDP)

O IDP é uma ação indispensável, também conhecida como mapeamento de dados, é o documento que consolida todo o tratamento de dados realizado pela instituição, como: bases de dados, titulares de dados, operadores, se existe previsões legais, quais dados e tipos de operações de tratamento.

O Apêndice B contém a estrutura do formulário utilizado na UFMT para a coleta de dados do IDP, adaptado da planilha disponibilizada pelo SGD.

Ação 2.2 – Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD)

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) é o documento que visa apurar riscos, responsabilidades e ações de mitigação para os riscos. Sugere-se utilizar o modelo de RIPD apresentado no Apêndice C, adaptado do SGD e com o complemento de informações que provê robustez ao documento.

Uma etapa importante após o IDP e antes do RIPD é filtrar as unidades com tratamento de alto risco. Para isso, foi desenvolvida uma ferramenta que classifica e informa se é necessária a elaboração de RIPD de acordo com critérios definidos pela ANPD, a estrutura da planilha e a fórmula são apresentados no Apêndice C.

Ação 2.3 – Política de Proteção de Dados, Política de Segurança da Informação, Termos de Uso e Instruções Normativas dos Serviços

A SGD disponibiliza modelos de políticas e termos, com atualizações frequentes. Recomenda-se a utilização dos modelos e adaptação a realidade da instituição.

Ação 2.4 – Responsabilização de Operadores com Adequação de Contratos

Durante o processo de compliance, especificamente no IDP, são mapeados os dados pessoais que possuem operadores externos. Deve-se identificar todos os

contratos que exista compartilhamento de dados pessoais e consignada a responsabilidade com o ente externo, com termo aditivo contratual inserindo cláusulas de responsabilização.

Importante definir um modelo de termo de responsabilidade de sigilo e privacidade para os agentes externos que realizam tratamento de dados pessoais pelo controlador.

5.3. Etapa 3 – Indicadores, Incidentes e Comunicação.

A etapa 2 denominada Indicadores, Incidentes e Comunicação; é composta por duas ações, definir os indicadores de acompanhamento do programa de governança de privacidade, bem como definir políticas e planos relacionados aos possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

As ações definidas na etapa 3, são: 3.1 – Definição de Indicadores (PDI, PDTIC). 3.2 – Política de Gestão de Incidentes e Plano de Comunicação. Na Figura 26 podemos visualizar estas ações. Nas seções seguintes serão detalhadas cada uma delas.

Figura 26 – Ações da Etapa 3



Fonte: Elaborado pelo autor

Ação 3.1 – Definição de indicadores (PDI, PDTIC)

Visando o acompanhamento da efetividade das ações e garantir o ciclo de compliance, é imprescindível a definição de indicadores de controle das ações. A nível estratégico no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a nível tático e operacional de tecnologia da informação, constar no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Ação 3.2 – Política de Gestão de Incidentes e Plano de Comunicação

Um dos requisitos da LGPD, buscar medidas eficazes de identificação e comunicação de incidentes relacionados a dados pessoais. Para isso, deve-se construir uma Política de Gestão de Incidentes com Plano de Comunicação que defina a situação e forma que se deve comunicar incidentes ao titular de dados e ANPD.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da UFMT foi de nortear-se pelo framework do SGD, buscar outras fontes para adaptar o projeto à realidade de uma universidade ou para detalhar entendimentos que o framework não aborda com o detalhe necessário.

O framework do SGD, baseado no ciclo PDCA, normas ISO e controles do CIS se mostrou uma ferramenta importante no direcionamento do projeto da UFMT, na implementação das diretrizes da LGPD, com a criação de um Programa de Governança de Privacidade. A estrutura em três etapas com guias e *manuals* permitiram a comissão de adequação tomar medidas e planejar o projeto de forma otimizada. Com respaldo do método, reduziu-se o tempo de planejamento e a insegurança com aspectos jurídicos, pois, o framework descreve os marcos importantes de cada ação com a lei.

É possível avaliar que a utilização do framework trouxe benefícios significativos ao alinhamento estratégico e operacional, sendo um norteador do processo e das necessidades quanto à proteção da privacidade dos dados titulares de dados pessoais, como alunos, servidores e cidadãos. A adoção do framework como referência permitiu a UFMT seguir as práticas definidas pela alta gestão do SISP, fortalecendo sua postura em relação à privacidade e segurança da informação.

Cabe ressaltar que a lei ainda está em fase de maturação, ainda em processo regulamentação pela ANPD de diversos aspectos, o que torna o framework do SGD um guia ainda em desenvolvimento. Os modelos de inventário de dados e relatório de impacto foram imprescindíveis para a instituição, que utilizou outros modelos de instituições públicas para complementar a execução das ações.

Diante disso, desenvolveu-se um método próprio de definir as etapas e marcos bem como a condução de tais atividades. Com a experiência na execução das etapas realizadas, é possível propor mecanismos mais enxutos de realizar a conformidade, centrado na otimização do processo de conformidade que é apresentado como uma proposta de processo estruturado descrito na seção 5 e em formato de manual como requisito do produto tecnológico no Apêndice A.

Conforme descrito na seção 4.9, foram encontradas dificuldades importantes no processo de compliance na UFMT que com este trabalho pretende-se auxiliar a mitigação em outras instituições.

Como trabalhos futuros pretende-se evoluir as diretrizes do processo estruturado proposto, em conjunto com as ferramentas desenvolvidas pela instituição para subsídio do processo de adequação, bem como a experiência adquirida em um método, que possa contribuir com outras instituições federais de ensino superior no processo de conformidade à LGPD.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília/DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

PELLOSO PIURCOSKY, Fabrício *et al.* **A lei geral de proteção de dados pessoais em empresas brasileiras: uma análise de múltiplos casos.** Suma de Negócios, [s. l.], v. 10, n. 23, p. 89–99, 2019.

UNIÃO EUROPÉIA. 2016. **General Data Protection Regulation (GDPR) – REGULATION (EU) 2016/679.** 27 abr. 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>. Acesso em: 7 maio 2023.

LUGATI, L. N.; ALMEIDA, J. E. D. **A LGPD e a construção de uma cultura de proteção de dados.** Revista de Direito, [s. l.], v. 14, n. 01, p. 01–20, 2022.

MEC, Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior.** Portal de Governo. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

SGD, Secretaria de Governo Digital. **Guia de Elaboração de Programa de Governança de Privacidade.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/69mu%20ma6969r-e-protecao-de-dados/ppsi/guia_programa_governanca_privacidade.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

SUTHERLAND, Jeff. **Scrum: A arte de fazer o dobro na metade do tempo.** Leya, 2014.

SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. **O Guia do Scrum.** 2020. Disponível em: <https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-Portuguese-European.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Privacidade.** Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Civil. Rogério Donnini, Adriano Ferriani e Erik Gramstrup (coord. De tomo). 1. Ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/474/69mu%20ma-1/privacidade>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FLÔRES, M. R. D.; SILVA, R. L. D. **Desafios e perspectivas da proteção de dados pessoais sensíveis em poder da administração pública: entre o dever público de informar e o direito do cidadão de ser tutelado.** Revista de Direito, v. 12, n. 02, p. 01–34, 17 jul. 2020.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. **A insuficiente proteção de dados pessoais no Brasil.** Revista Justiça e Cidadania, Rio de Janeiro, n. 195, p. 8–13, 2016.

UNCTAD, CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 2021. **Legislação de proteção de dados e privacidade em todo o mundo**. Disponível em: <https://unctad.org/page/data-protection-and-privacy-legislation-worldwide>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CNIL, COMMISSION NATIONALE DE L'INFORMATIQUE ET DES LIBERTÉS (COMISSÃO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E LIBERDADES). 2023. **Data protection 70mu ma the world**. Disponível em: <https://www.cnil.fr/isso/data-protection-around-the-world>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados. **Linha do tempo da proteção de dados pessoais e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/arquivos/linha-do-tempo-1/view>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília/DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

SGD, Secretaria de Governo Digital. **Guia de Elaboração de Programa de Governança de Privacidade**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi/guia_programa_governanca_privacidade.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL, Presidência da República. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022**. Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. Brasília/DF, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc115.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

ANPD, 2023. **ANPD – Perguntas Frequentes**. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-2013-anpd>. Acesso em: 13 out. 2023.

ANPD, 2023^a. **Publicações da ANPD**. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/publicacoes>. Acesso em: 14 out. 2023.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Metodologia de Gestão de Riscos da UFMT**. 2023. Disponível em: https://cms.ufmt.br/files/galleries/121/CGGRC/Metodologia_Gest%C3%A3o_Riscos_UFMT_2023.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Universidade Federal de Mato Grosso**. 2022. Disponível em:

https://cms.ufmt.br/files/galleries/121/Relato%20Integrado/Relat%C3%B3rio_Integrado_2022.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Organograma Sintético da UFMT**. 2022. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pagina/organograma/116>. Acesso em: 23 set. 2023.

WEBOMETRICS. **Ranking Web de Universidades**. Disponível em: https://www.webometrics.info/isso/Latin_America/Brazil. Acesso em: 29 fev. 2024.

UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Frameworks e Engines para desenvolvimento de games**. 2020. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/nuesgames/blog-artigo5.php>. Acesso em: 22 maio. 2023.

PARSIFAL. **Perform Systematic Literature Reviews**. Disponível em: <https://parsif.al/about/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SOUZA, Taciana Rita Santos. **Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas Instituições Federais de Ensino Superior à Luz da Abordagem Sociotécnica**. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26407>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARQUES, Amanda Fernandes. **A implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: uma análise a partir da noção de regime de informação e seus componentes**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2022.

MACHADO, D. D. (2021). **Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais**. Isso. Científica Multidiscip. Núcleo do Conhecimento, 93–98.

TEODORO, Joneson; OLIVEIRA, Luana Sontag; JUNIOR, José Francisco Salm; *et al.* **Um modelo Canvas do processo de adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 19, p. 1–28, 2023.

JESUS, Dilça Cabral. **Proposta de um projeto de conformidade a partir da ISO 27701 para implementação de um programa de compliance de proteção de dados à luz da LGPD na Universidade de Rio Verde**. Dissertação, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12162>. Acesso em: 7 set. 2023.

MARTINS, Roberto Antônio. Abordagens Quantitativa e Qualitativa. In: CAUCHICK-MIGUEL, Paulo A. *et al.* (coord.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 3. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595153561.

FLICK, Uwe. **The Sage handbook of qualitative data analysis**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

CRESWELL, John W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods**. Sixth edition. Los Angeles: SAGE, 2018.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Nachdr.ed. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publ, 2010.

NAKANO, Davi. Métodos de Pesquisa Adotados na Engenharia de Produção e Gestão de Operações. In: CAUCHICK-MIGUEL, Paulo A. *et al.* (coord.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 3. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595153561.

CAUCHICK-MIGUEL, Paulo A. O Método do Estudo de Caso na Engenharia de Produção. In: _____. *Et al.* (coord.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 3. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2018. 1 recurso online. ISBN 9788595153561.

BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009.

UFMT., Universidade Federal de Mato Grosso. **LGPD – Canal de Atendimento**. 2023. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/unidade/lgpd/pagina/canal-de-atendimento/11255>>. Acesso em: 13 out. 2023.

CERT.BR. **Fascículos da Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/fasciculos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

APÊNDICE A – PRODUTO TECNOLÓGICO: MANUAL DO PROCESSO ESTRUTURADO PARA COMPLIANCE À LGPD

O processo estruturado aqui proposto atende a um dos requisitos do Programa de Pós-graduação Profissional em Engenharia de Produção (PPGPEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Ele atende os requisitos para produtos tecnológicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), categorizado como **Manual**, conforme descrito pela CAPES em documento próprio na página da instituição⁶.

O produto tecnológico, resultado da pesquisa, é a elaboração de um manual descrevendo a proposta de processo estruturado para compliance à LGPD para IFES, baseada no framework da SGD do Governo Federal com as adaptações e experiências do processo de adequação dela na UFMT. O processo proposto descreve etapas e marcos otimizados para serem realizados em um período curto, considerando os principais requisitos da lei, o qual será detalhado nas páginas seguintes.

⁶ <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> páginas 54-55.

MANUAL DO PROCESSO ESTRUTURADO PARA COMPLIANCE À LGPD

Willdson Gonçalves de Almeida

O Processo Estruturado

A proposta de Processo Estruturado para Compliance à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) emerge da necessidade da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) se adequar à Lei e experiências do projeto na instituição. O processo proposto é fortemente inspirado e adaptado em grande parcela do material da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Governo Federal. No entanto, muito do que se propõe é resultante da experiência na UFMT e consolidado de outras fontes.

O processo foi organizado em três etapas formando um fluxo contínuo, conforme pode ser observado na Figura 1:

1. Estrutura de Governança para Proteção de Dados;
2. Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas e;
3. Indicadores, Incidentes e Comunicação.

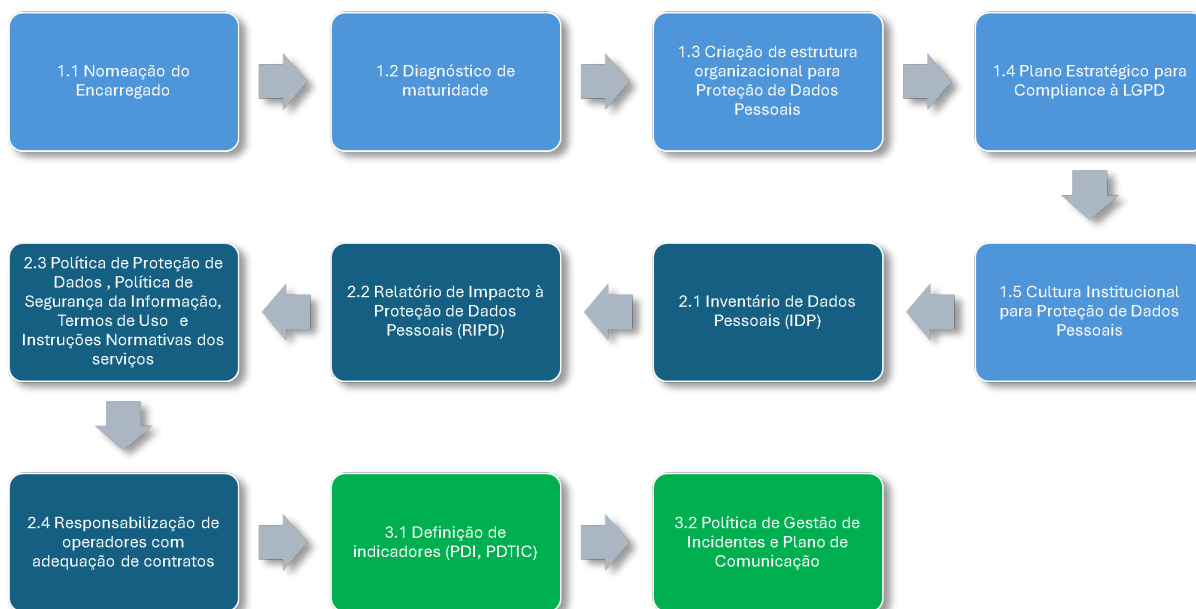
Figura 1 – Etapas do Processo Estruturado Proposto



Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando-se as três etapas, foram definidas 11 ações para uma conformidade enxuta com a LGPD. Sendo na Etapa 1 – cinco ações, Etapa 2 – quatro ações e Etapa 3 – duas ações, conforme detalhado na Figura 2:

Figura 2 – Ações das Etapas de Compliance



Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir serão descritas as ações, o detalhamento e recomendações.

Etapa 1 – Estrutura de Governança para Proteção de Dados

Figura 3 – Ações da Etapa 1



Fonte: Elaborado pelo autor

1.1 Nomeação do Encarregado pelo Tratamento de Dados

O encarregado pelo tratamento de dados é o responsável pela interface entre o controlador e o externo, em especial com a ANPD e titulares de dados. Deve ter boa capacidade de interlocução com as unidades internas da instituição, visando o atendimento dos requisitos da LGPD, bem como na resposta de demandas externas.

Considerando a similaridade das atividades, recomenda-se a vinculação da função na área de Ouvidoria ou Auditoria Interna.

1.2 Diagnóstico de Maturidade

Avalia o nível de aderência com os requisitos da LGPD anterior ao início da adequação, recomenda-se utilizar o formulário do SGD.

1.3 Criação de estrutura organizacional para Proteção de Dados Pessoais

É indispensável a criação de uma Comissão de Compliance à LGPD, com escopo de trabalho em níveis tático e operacional, deve ser composta preferencialmente representantes de unidades que possuam relevância no ciclo de tratamento de dados pessoais ou que possam colaborar efetivamente no projeto, como: área de TI, Jurídico, Gestão Acadêmica, Gestão de Atividades de Pesquisa, Unidade de Gestão da Extensão, Unid. Gestão Administrativa e Contratos.

O Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais com escopo de trabalho a nível estratégico, delibera sobre a gestão da privacidade, proteção de dados e segurança da informação.

É importante avaliar a criação de uma unidade administrativa com estrutura para abarcar as demandas de privacidade e proteção de dados na instituição.

1.4 Plano Estratégico de Compliance à LGPD

Documento que define o escopo da adequação, as etapas, ações, responsabilidades e prazos. Deve ser construído considerando a estrutura e equipe

para o projeto.

1.5 Cultura Institucional para Proteção de Dados Pessoais

Fomentar e promover iniciativas de treinamentos, eventos, estudos de caso, produção de material sobre Privacy by Design (Privacidade desde a concepção); Privacy by Default (Privacidade por padrão); Security by Design and by Default (Segurança desde a concepção e por padrão); Vazamento de dados; Malwares; Boas Práticas; entre outros.

Podem ser utilizadas as cartilhas do Cert.BR como referencial, disponível em <https://cartilha.cert.br/>, abarcam conteúdos diversos sobre segurança da informação.

Figura 4 – Coleção de Fascículos disponíveis no Cert.BR



Fonte: Cert.BR, disponível em: <https://cartilha.cert.br/fasciculos/>

Criação de página da LGPD no portal: A página sobre a LGPD pode ser utilizada como ponto focal de informações sobre o processo de Compliance na instituição e divulgações das ações de cultura de privacidade e proteção e dados.

Etapa 2 – Tratamento de Dados e Consolidação de Políticas

Figura 5 – Ações da Etapa 2



Fonte: Elaborado pelo autor

2.1 Inventário de Dados Pessoais (IDP)

O IDP é uma ação indispensável, também conhecida como mapeamento de dados, é o documento que consolida todo o tratamento de dados realizado pela instituição, como: bases de dados, titulares de dados, operadores, se existe previsões legais, quais dados e tipos de operações de tratamento.

O Apêndice B contém a estrutura do formulário utilizado na UFMT para a coleta de dados do IDP, adaptado da planilha disponibilizada pelo SGD.

2.2 Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)

O RIPD é o documento que visa apurar riscos, responsabilidades e ações de mitigação para os riscos. Sugere-se utilizar o modelo de RIPD apresentado no Apêndice C, adaptado do SGD e com o complemento de informações que provê robustez ao documento.

Uma etapa importante após o IDP e antes do RIPD é filtrar as unidades com tratamento de alto risco. Para isso, foi desenvolvida uma ferramenta que classifica e informa se é necessária a elaboração de RIPD de acordo com critérios definidos pela ANPD, a estrutura da planilha e a fórmula são apresentados no Apêndice C.

2.3 Política de Proteção de Dados, Política de Segurança da Informação, Termos de Uso e Instruções Normativas dos serviços

A SGD disponibiliza modelos as políticas e termos, com atualizações frequentes. Recomenda-se a utilização dos modelos e adaptação à realidade da instituição.

2.4 Responsabilização de operadores com adequação de contratos

Durante o processo de compliance, especificamente no IDP, são mapeados os dados pessoais que possuem operadores externos. Deve-se identificar todos os

contratos que exista compartilhamento de dados pessoais e consignada a responsabilidade com o ente externo, com termo aditivo contratual inserindo cláusulas de responsabilização.

Importante definir um modelo de termo de responsabilidade de sigilo e privacidade para os agentes externos que realizam tratamento de dados pessoais pelo controlador.

Etapa 3 – Indicadores, Incidentes e Comunicação.

Figura 6 – Ações da Etapa 3



Fonte: Elaborado pelo autor

3.1 Definição de indicadores (PDI, PDTIC)

Visando o acompanhamento da efetividade das ações e garantir o ciclo de compliance, deve-se definir indicadores de controle das ações. A nível estratégico no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a nível tático e operacional de tecnologia da informação no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

3.2 Política de Gestão de Incidentes e Plano de Comunicação

Um requisito da LGPD é ter medidas eficazes de identificação e comunicação de incidentes relacionados a dados pessoais. Para isso, deve-se construir uma Política de Gestão de Incidentes com Plano de Comunicação que defina a situação e forma que se deve comunicar incidentes ao titular de dados e ANPD.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE INVENTÁRIO DE DADOS PESSOAIS

Adaptado do framework da SGD e aplicado na UFMT utilizando a ferramenta Google Forms.



Inventário de Dados Pessoais (IDP)

O Inventário de Dados Pessoais – IDP consiste no registro das operações de tratamento dos dados pessoais realizados pela instituição (LGPD. Art. 37), que é uma importante ação para a conformidade à LGPD (Lei 13709/2018).

De uma forma geral, esse registro mantido pelo IDP envolve descrever informações em relação ao tratamento de dados pessoais realizado pelo órgão ou entidade como:

- atores envolvidos (agentes de tratamento e o encarregado);
- finalidade (o que a instituição faz com o dado pessoal);
- hipótese (arts. 7º e 11 da LGPD);
- previsão legal; • dados pessoais tratados pela instituição;
- categoria dos titulares dos dados pessoais;
- tempo de retenção dos dados pessoais;
- instituições com as quais os dados pessoais são compartilhados;
- transferência internacional de dados (art. 33 LGPD); e
- medidas de segurança atualmente adotadas.

O IDP representa um documento importante de governança de dados pessoais e de subsídio para avaliação de impacto à proteção de dados pessoais com vistas a verificar a conformidade da instituição no que se refere ao preconizado pela LGPD.

O inventário deve ser preenchido uma vez para cada unidade superior, **Pró-Reitorias/Secretarias/Diretorias de Institutos ou Faculdades**. A unidade superior consolida as informações de todas as unidades subordinadas.

Legenda:

*Indica uma pergunta obrigatória.

Indica uma caixa de seleção múltipla.

Textos em itálico são trechos de ajuda ou comentários.

Textos em negrito com fundo cinza indicam o título de uma seção de perguntas.

Alguns conceitos importantes para o preenchimento

TITULAR: qualquer pessoa física, dona do dado pessoal. Por exemplo um aluno, um servidor, um cidadão.

DADO PESSOAL: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Art. 5.º, I).

Exemplo de dado pessoal de pessoa natural: nome completo, data de nascimento/idade, RG, CPF, e-mail, telefone, endereço.

Atenção: a lei NÃO considera dado pessoal os dados relativos às pessoas jurídicas (Art. 1.º, caput e Art. 5.º, I da LGPD). Além disso, por expressa disposição legal (art. 4.º, III), a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para os fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação e repressão de infrações penais, entre outras exceções previstas no diploma.

DADO PESSOAL SENSÍVEL: São dados que podem desencadear a discriminação do seu titular ou até mesmo pôr em risco sua vida. Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Ex.: a UFMT.

OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

Encarregado de Dados (DPO – Data Protection Officer): pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Titulares dos Dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Identificação da Unidade Superior (Pró-Reitoria/Secretaria/Diretoria de Instituto ou Faculdade)

Cabe ao gestor da unidade superior a consolidação das informações no formulário IDP.

1. Nome da unidade*

Ex.: Secretaria de Tecnologia da Informação

Resposta: campo de texto curto.

2. Sigla da unidade*

Ex.: STI

Resposta: campo de texto curto.

3. E-mail institucional da unidade*

Ex.: sti@ufmt.br

Resposta: campo de texto curto.

Escopo e Natureza dos Dados Pessoais

4. Abrangência da área geográfica do tratamento*

Informar se a abrangência dos dados tratados é nacional, estadual, distrital, municipal ou regional.

- Municipal
- Estadual ou Distrital
- Regional
- Nacional

5. Fonte de dados utilizada para obtenção dos dados pessoais*

Citar todos, incluindo as bases de dados da UFMT e de outras instituições governamentais.

Informar de qual fonte os dados pessoais são obtidos: Titular dos dados pessoais, arquivo XML, integração API, Sistema X, Sistema Y, etc.

- 1.Exemplo 1: Se os dados pessoais são obtidos por meio de preenchimento de formulário eletrônico, então a fonte de dados é o titular dos dados*
- 2.Exemplo 2: Fonte de dados que não seja o titular de dados, é importante detalhar a fonte, como por exemplo, API CONSULTA CPF.*

- Titular dos Dados Pessoais
- Integração com outros sistemas (XML, API, arquivo de importação)
- Outro:

Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais

6. Hipóteses de Tratamento*

As hipóteses de tratamento estão descritas nos arts. 7º e 11 da LGPD. Os órgãos e entidades da administração pública tem a prerrogativa de tratar os dados pessoais para o exercício de suas competências legais ou execução de políticas públicas sem a necessidade de obter consentimento do titular dos dados pessoais.

Selecione as hipóteses que respaldam a coleta de dados na unidade:

- Mediante consentimento do titular (de forma oficial e registrado o consentimento).
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Obrigação ao controlador, Ex.: Lei, decreto, Instrução Normativa, entre outros).
- Execução de políticas públicas.
- Alguma espécie de estudo realizado por órgão de pesquisa.
- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.
- Tutela da saúde.

- Atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros.
- Proteção do crédito.
- Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular.

7. Finalidades Comuns para o Tratamento*

Razão ou motivo pela qual se deseja tratar os dados pessoais. É importantíssimo estabelecer claramente a finalidade, pois é ela que justifica o tratamento de dados pessoais e fornece os elementos para informar o titular dos dados.

Campo de texto longo.

8. Previsão Legal*

*Informar Leis, Decretos, Normativos ou Regulamentos que **respaldam** a finalidade do tratamento de dados pessoais realizado. Exemplo fictício de previsão legal considerando o Programa de Localização de Desaparecidos:*

• Decreto nº 8.956, de 25 de janeiro de 2018, institui o Programa de Localização de Desaparecidos.

Campo de texto longo.

9. Resultados pretendidos para o titular de dados

Pode ser preenchido com os serviços oferecidos pela unidade aos titulares.

Campo de texto longo.

10. Benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo

*Pode ser preenchido com a **Missão e Objetivos** da unidade.*

Campo de texto longo.

Categoria de Dados Pessoais

Dados de Identificação Pessoal

As questões a seguir vão tratar de quais etapas do **Ciclo de vida do tratamento de dados pessoais** a unidade atua, para cada categoria de dado:

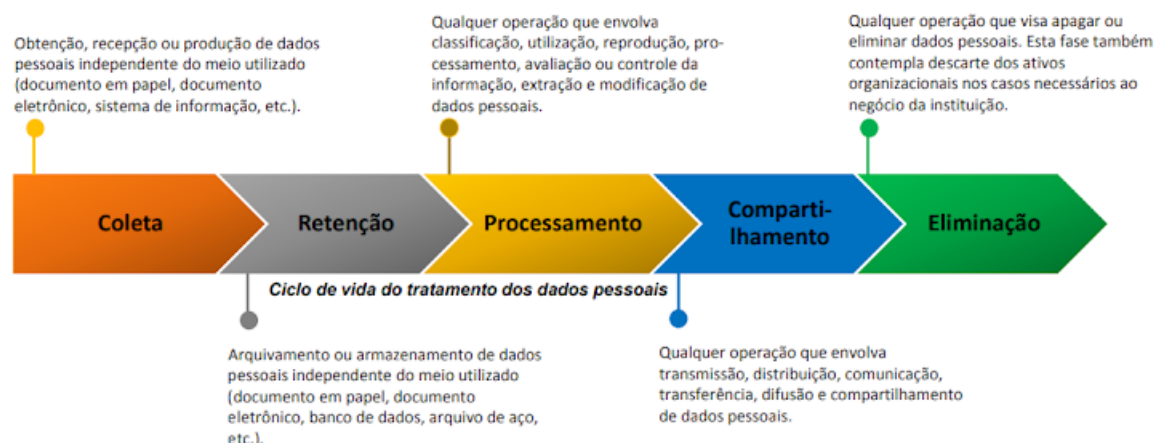
Coleta: Obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independente do meio utilizado (documento em papel, documento eletrônico, sistema de informação, etc.).

Retenção: Arquivamento ou armazenamento de dados pessoais independente do meio utilizado (documento em papel, documento eletrônico, banco de dados, arquivo de aço, etc.).

Processamento: Qualquer operação que envolva classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação de dados pessoais.

Compartilhamento: Qualquer operação que envolva transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão e compartilhamento de dados pessoais (Preencher somente se houver compartilhamento com terceiros fora da UFMT, Ex.: empresa, organização, entre outros).

Eliminação: Qualquer operação que visa apagar ou eliminar dados pessoais. Esta fase também contempla descarte dos ativos organizacionais nos casos necessários ao negócio da instituição.



11. Informações de identificação pessoal

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Nome	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Endereço Residencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone Fixo Residencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone Celular Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E-mail Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
CPF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número do Passaporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CNH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Placa de Veículo Particular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registro de Conselho Profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Dados de localização eletrônica

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Endereço IP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cookie	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registros de Conexão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenadas Geográficas (GPS)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados de Localização de Celular (GSM)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Fonte de Retenção (Local de Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

15. Titulares dos dados pessoais envolvidos

Crianças ou adolescentes Técnico Administrativo Docente Discente Cidadão em Educação

Informações de identificação pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Técnico
Administrativo Docente Discente Cidadão
em Educação

Crianças ou
adolescentes

Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados de localização eletrônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Dados Financeiros

16. Dados de identificação financeira

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Identificação bancária (banco, agência, conta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de cartões de crédito/débito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Códigos secretos / senhas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Recursos financeiros

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Renda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saldos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Dívidas e Despesas

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Total de despesas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aluguel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empréstimos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hipotecas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financiamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Situação financeira (Solvência)

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Avaliação do rendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação da capacidade de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

20. Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Natureza do empréstimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valor emprestado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saldo remanescente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Data de Início	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Período	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxa de juros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Assistência financeira

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Benefícios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bonificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Subsídios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22. Detalhes da apólice de seguro

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Natureza da Apólice	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Riscos Cobertos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valores Segurados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação do Contrato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pagamentos Realizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saldo Restante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Atividades profissionais

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Natureza da Atividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Natureza dos Bens ou Serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relações Comerciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Acordos e ajustes

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Acordos ou ajustes comerciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acordos sobre representação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acordos legais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

25. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

26. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Dados de identificação financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dívidas e despesas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação financeira (Solvência)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistência financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Detalhes da apólice de seguro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Crianças ou adolescentes Técnico Administrativo Docente Discente Cidadão em Educação

profissionais					
Acordos e ajustes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Características Pessoais

27. Detalhes Pessoais

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sexo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Data de Nascimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Local de Nascimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estado Civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nacionalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. Detalhes Militares

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Situação Militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Patente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condecorações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

29. Situação de Imigração

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Detalhes sobre o visto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Autorização de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Limitações de residência ou movimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições especiais relacionadas à autorização de residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. Descrição Física

Dados de descrição física são informações físicas de uma pessoa com possibilidade de serem visivelmente identificadas.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Altura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Peso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cor do Cabelo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cor dos Olhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Características Distintivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

32. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Detalhes Pessoais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Detalhes Militares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Crianças ou adolescentes Técnico Administrativo Docente Discente Cidadão em Educação

Imigração					
Descrição Física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Hábitos Pessoais

33. Hábitos

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Uso de tabaco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de álcool	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hábitos alimentares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dieta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Viagens e deslocamentos

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Antigas residências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deslocamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vistos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Autorizações de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35. Posses

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Terras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Imóveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Veículos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outros bens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

36. Denúncias, incidentes ou acidentes

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Acidentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incidentes ou Denúncias na qual o titular está envolvido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Natureza dos danos ou ferimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoas envolvidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Testemunhas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

37. Premiações

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Civis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Militares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

38. Uso de Mídia

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Comportamento de uso de mídia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comportamento de uso de meios de comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

39. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

40. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Hábitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viagens e deslocamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Posses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Denúncias, incidentes ou acidentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Premiações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de Mídia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Características Psicológicas

41. Descrição Psicológica

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Personalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caráter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

42. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)

Doc. em papel no arquivo do setor

Outro:

43. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Descrição Psicológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Composição Familiar

44. Casamento ou forma atual de coabitação

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Nome do cônjuge ou companheiro(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Data do casamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

45. Histórico conjugal

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Casamentos ou relacionamentos anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divórcios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nome de parceiros anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

46. Familiares ou membros da família

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Informações de familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

47. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

48. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Casamento ou forma atual de coabitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Histórico conjugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Familiares ou membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Interesses de lazer

49. Atividades e interesses de lazer

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Hobbies	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esportes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros interesses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

54. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Associações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Processo Judicial/Administrativo/Criminal

55. Suspeitas

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Suspeitas de Violações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conexões conspiratórias com criminosos conhecidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inquéritos ou ações judiciais (civis ou criminais) empreendidas por ou contra o titular dos dados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suspeitas de Violações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

56. Condenações e Sentenças

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

Coleta Retém Processa Compartilha Elimina

Condenações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentenças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

57. Ações Judiciais

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Tutela	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Guarda temporária ou definitiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interdição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adoção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

58. Penalidades Administrativas

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Multas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo Disciplinar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Advertência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Penalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sanção Administrativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

59. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

60. Titulares dos dados pessoais envolvidos

Crianças ou Técnico Docente Discente Cidadão

adolescentes Administrativo
em Educação

Suspeitas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condenações e Sentenças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações Judiciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Penalidades Administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Dados Residenciais

61. Residência

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Natureza da residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Propriedade própria ou alugada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Duração da residência nesse endereço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aluguel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Classificação da residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Detalhes sobre a avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

62. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações

- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

63. Titulares dos dados pessoais envolvidos

Crianças ou adolescentes Técnico Administrativo Docente Discente Cidadão em Educação

Residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Categoria de Dados Pessoais

Educação e Treinamento

64. Dados acadêmicos/escolares

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Diplomas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Certificados obtidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultados de exames	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do progresso dos estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Histórico escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grau de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

65. Registros financeiros do curso ou treinamento

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados sobre taxas de inscrição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custos pagos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Formas de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registros de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

66. Qualificação e experiência profissional

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Certificações profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesses/Experiências profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesses/Experiências acadêmicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesses/Experiências de pesquisa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesses/Experiências de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interesses/Experiências de Extensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

67. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

68. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescente s	Técnico Administrativ o em Educação	Docent e	Discent e	Cidadã o
Dados acadêmicos/escolares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registros financeiros do curso/treinamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificação e experiência profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Profissão e emprego

69. Emprego atual

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados sobre empregador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Descrição do cargo e função	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo de serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Data de admissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Local de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialização ou tipo de empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modos e condições de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cargos anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

70. Admissão

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Data de admissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Método de admissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fonte de admissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Referências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Detalhes relacionados com o período de estágio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

71. Rescisão de trabalho

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Data de rescisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Período de notificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de rescisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

72. Carreira

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados sobre emprego anterior e empregadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Períodos sem emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

73. Assiduidade e disciplina

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados sobre registros de ausências e atrasos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Motivos de ausência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Medidas disciplinares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

75. Avaliação de Desempenho

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados sobre avaliação de desempenho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualquer outro tipo de análise de qualificação ou habilidades profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

76. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

77. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Crianças ou adolescentes	Técnico Administrativo em Educação	Docente	Discente	Cidadão
Emprego Atual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Admissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Rescisão de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carreira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assiduidade e disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação de desempenho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Registros/gravações de vídeo, imagem e voz

78. Vídeo e Imagem

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

Somente os que foram produzidos e/ou armazenados pela instituição, incluindo projetos de pesquisa e extensão.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Arquivos de vídeos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fotos digitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mídias que contêm imagem ou vídeo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

79. Imagem de Vigilância

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Imagens e/ou vídeos de câmeras de segurança/vigilância (ex: CFTV)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

80. Voz

Descrever se são tratados dados referentes a esta categoria.

Somente os que foram produzidos e/ou armazenados pela instituição, incluindo projetos de pesquisa e extensão.

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Arquivos de voz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

81. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

82. Titulares dos dados pessoais envolvidos

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Vídeo e Imagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Imagem de Vigilância	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Voz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Categoria de Dados Pessoais

Outros

83. Outros (detalhar)

Caso a unidade realize o tratamento de outros dados **não** mencionados nas categorias anteriores, favor especificar. Descreva no seguinte formato:

Dado Pessoal, Fonte de Retenção (Armazenamento), Titulares dos dados pessoais envolvidos.

Resposta: campo de texto longo.

Categorias de Dados Pessoais Sensíveis

84. Dados Pessoais Sensíveis Tratados

	Coleta	Retém	Processa	Compartilha	Elimina
Dados que revelam origem racial ou étnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam convicção religiosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam opinião política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam filiação a sindicato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam filiação ou crença filosófica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados que revelam filiação ou preferências política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados referentes à saúde ou à vida sexual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados genéticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dados biométricos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

85. Fonte de Retenção (Armazenamento)

Marque caso tenha respondido um dos itens dos dados desta seção.

- Armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive ou Similar)
- E-mail

- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Doc. virtual em computador ou pasta de trabalho no setor (.DOC, .PDF, Planilha e similares)
- Doc. em papel no arquivo do setor
- Outro:

86. Titulares dos dados pessoais envolvidos

- Crianças ou adolescentes
- Técnico Administrativo
- Docente
- Discente
- Terceirizado
- Colaborador
- Outro:

Compartilhamento de dados pessoais com outras instituições

Caso tenha respondido que existe o compartilhamento de dados com outras instituições, especifique.

87. Compartilhamento com instituições em território nacional

Ex.: Empresas terceirizadas, instituições parceiras, etc.

Especifique de acordo com o modelo:

Nome da Instituição 1:

Dados Pessoais Compartilhados:

Finalidade do tratamento:

Contrato nº:

Processo nº:

Nome da Instituição 2:

Dados Pessoais Compartilhados:

Finalidade do tratamento:

Contrato nº:

Processo nº:

...

Resposta: campo de texto longo.

88. Existe o compartilhamento de dados pessoais com instituições fora do país?

Especifique de acordo com o modelo:

Nome da Instituição 1:

País:

Dados Pessoais Transferidos:

Finalidade:

Nome da Instituição 2:

País:

Dados Pessoais Compartilhados:

Finalidade:

...

Resposta: campo de texto longo.

Segurança e Privacidade de dados

89. Medidas de Segurança/Privacidade adotadas pela unidade

- Uso de criptografia dos dados
- Utiliza controle de acesso lógico aos dados
- Não permite o compartilhamento de contas e senhas
- Evita transferência de dados para outros dispositivos se não os da instituição
- Gerenciamento por senha
- Realiza cópia de segurança (Backup) regularmente
- Não realiza download e instalação de recursos de fonte desconhecida
- Outro:

Concluindo...


Sugerimos que revise suas respostas antes de concluir.

Caso tudo esteja revisado e pronto, agradecemos as respostas e pedimos que clique em **Enviar**.

Enviar

APÊNDICE C – FERRAMENTA FILTRO DE UNIDADES ELEGÍVEIS AO RIPD

Coluna P
Resultado

 UFMT		1. CRITÉRIO GERAL (corresponder ao 1.1 OU 1.2, de acordo com seus subcritérios, 50% +1)							2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS (ao menos 1 subcritério)					AVALIAÇÃO		
FERRAMENTA DE FILTRAGEM DE UNIDADES ELEGÍVEIS AO RIPD, DE ACORDO COM O MÉTODO DE DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DE ALTO RISCO		1.1 Larga Escala (Quantidade de Tipos de Titulares e/ou de Dados Tratados) ao menos 1.1.1 e 1.1.2 (ao menos 3 subcritérios)				1.2 Afetar Significativamente Direitos dos Titulares (Criticidade do Tratamento - ao menos 1)			2.1 uso de tecnologias emergentes ou inovadoras		2.2 vigilância ou controle de zonas acessíveis ao público;	2.3 decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais p/ perfilamento	2.4 utilização de dados pessoais sensíveis ou de dados pessoais de crianças, de adolescentes e de idosos			
UNIDADE SUPERIOR	TIPO	1.1.1 número significativo de titulares (ao menos 3 tipos de titulares ou estimar a quantidade de titulares e aplicar a regra de > que 50%)	1.1.2 grande volume de dados (quantidade de categorias de dados que a unidade trata => maior que 23 dados)	1.1.3 Frequência com que ocorre o tratamento (não possui no IDP => estimar ou consultar)	1.1.4 Tempo de duração do tratamento (não possui no IDP => estimar)	1.1.5 Grande Extensão Geográfica (Nacional) - Discutir a relevância	1.2.1 impedir os exercícios de direitos ou a utilização de um serviço (o tratamento é restritivo no acesso a um serviço, ex. se não preencher todos os dados a matricula não é efetivada)	1.2.2 o tratamento de dados pode causar: - discriminação (dados pessoais sensíveis); - violação à integridade física (dados de identificação financeira, dados pessoais sensíveis e características psicológicas); - direito à imagem e à reputação (dados pessoais sensíveis, hábitos pessoais e registros/gravações de imagem, vídeo e voz); - fraudes financeiras ou roubo de identidade (dados pessoais sensíveis e identificação financeira).	IA, DataOps, IoT, Edge Computing, Big Data, RA/RV, Blockchain https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/7-tecnologias-emergentes-que-todo-empresendedor-precisa-conhecer.td5701e2ccea5810VqnVCM1000001b00320aRCRD	2.2.1 rastreamento da localização dos indivíduos ou qualquer outra ação de tratamento que vise a formação de perfil comportamental de pessoa natural, se identificada (dados de registros/gravações de imagem, vídeo e voz)	(financeiro, hábitos, carac., psicol., comp. familiar, Educatonal, Processos e lazer)	2.4.1 tratamento de dados sobre "origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico (Sim/Não)(dados pessoais sensíveis)	2.4.2 tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes (Sim/Não)	Critérios Específicos	Resultado	
Secretaria de Tecnologia da Informação	ADM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Dados insuficientes	Sim	Dados insuficientes	Sim	Não	Sim	Não	2	ALTO RISCO/RIPD	

Linha 4
Unidade 1 - STI

A ferramenta foi elaborada em acordo com o método de definição de tratamento de alto risco da ANPD, em formato de planilha do Microsoft Excel.

As respostas possíveis para cada um dos critérios é “Sim”, “Não” e “Dados insuficientes”. Caso a resposta for sim para mais de 50% dos critérios gerais e específicos, o resultado será ALTO RISCO/RIPD. Caso o somatório dos critérios for inferior à 50% do total, o resultado será BAIXO RISCO.

Uma linha de exemplo foi apresentada para descrever a fórmula elaborada. A fórmula utilizada, na coluna P (Resultado), resultado da análise das unidades de acordo com as respostas para os critérios gerais e específicos:

```
=SE(OU(CONT.SE(C4:G4,"Sim")>=3,CONT.SE(H4:I4,"Sim")>=1),SE(CONT.SE(J4:N4,"Sim")>=1,"ALTO RISCO/RIPD","RISCO BAIXO/MÉDIO"),"RISCO BAIXO/MÉDIO")
```

APÊNDICE D – MODELO DE RIPD



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
UNIDADE AVALIADA: <NOME DA UNIDADE>

RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Cuiabá, <DIA> de <MÊS> de <ANO>.

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
XX/XX/20XX	1.0	Conclusão da primeira versão do relatório	Comissão de implantação da LGPD na UFMT
XX/XX/20XX	2.0	Revisão do relatório após análise do controlador, operador e encarregado.	XXXXXXXXXXXXX

RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - RIPD

OBJETIVO
<p>O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.</p> <p>Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
<NOME DO REITOR>- REITOR

Unidade

<NOME DA UNIDADE (SIGLA)>
<NOME DO RESPONSÁVEL - CARGO>

Encarregado pelo Tratamento de Dados

<NOME>
<PORTARIA DE NOMEAÇÃO OU EQUIVALENTE>

E-mail Encarregado

<e-mail>

Telefone Encarregado

Telefone/WhatsApp Business: (XX) XXXX-XXXX

2 – NECESSIDADE DE ELABORAR O RELATÓRIO

A elaboração do RIPD na instituição foi planejada para as operações de tratamento de dados pessoais que possam gerar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD e às liberdades civis e aos direitos fundamentais do titular de dados, conforme art. 5º, inciso XVII, e art. 55-J, inciso XIII, da LGPD.

Em respeito ao princípio da responsabilização e prestação de contas (art. 6º, X), ao constatar através do Inventário de Dados (IDP) os tratamentos que podem implicar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD e às liberdades civis e aos direitos fundamentais do titular de dados.

Cumprimento dos princípios da segurança e da prevenção (art. 6º, VII e VIII), com a implementação de programa de governança em privacidade que, entre outros itens, estabelece políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade (art. 50, § 2º, I, d), procedimento que envolve a elaboração de RIPD.

Por ser mais adequado à realidade da instituição e, considerando que implementa vários processos, projetos, sistemas e serviços que envolvam o tratamento de expressiva quantidade e diversidade de dados pessoais, optou-se por elaborar RIPDs por unidade da alta gestão, como pró-reitorias, secretarias, faculdades, institutos.

O objetivo é de analisar e mitigar riscos de possíveis impactos na privacidade dos dados pessoais, resultante de:

- uma tecnologia, serviço ou outra nova iniciativa em que dados pessoais e dados pessoais sensíveis sejam ou devam ser tratados;
- rastreamento da localização dos indivíduos ou qualquer outra ação de tratamento que vise a formação de perfil comportamental de pessoa natural, se identificada (LGPD, art. 12 § 2º);
- tratamento de dado pessoal sobre “origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural” (LGPD, art. 5º, II);
- processamento de dados pessoais usado para tomar decisões automatizadas que possam ter efeitos legais, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade (LGPD, art. 20);
- tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes (LGPD, art. 14);
- tratamento de dados que possa resultar em algum tipo de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo aos titulares de dados, se houver vazamento (LGPD, art. 42);
- tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, ou atividades de investigação e repressão de infrações penais (LGPD, art. 4º, § 3º);
- tratamento no interesse legítimo do controlador (LGPD, art. 10, § 3º);
- alterações nas leis e regulamentos aplicáveis à privacidade, política e normas internas, operação do sistema de informações, propósitos e meios para tratar dados, fluxos de dados novos ou alterados etc.; e
- reformas administrativas que implicam em nova estrutura organizacional resultante da incorporação, fusão ou cisão de órgãos ou entidades.

3 – DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO

Descrição da unidade avaliada

Unidade: Nome (SIGLA)

Subordinada à unidade X, composta por duas coordenações, três gerências, uma supervisão e uma secretaria.

ORGANOGRAMA

Missão

X

Visão

X

Serviços

X

3.1) Tratamento de dados pessoais

Resumo do tratamento realizado pela unidade

Categorias de dados: X

Dados pessoais: X

Dados pessoais sensíveis: X

Ciclo de Vida: Coleta, Retém, Processa, Compartilha, Não há política de eliminação.

Titulares: TAE, Docente, Discente, Terceirizado, Colaborador

3.1.1) Dados de identificação pessoal

3.1.1.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.1.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.1.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador

		<input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.1.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.2) Dados financeiros

3.1.2.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.2.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.2.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.2.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.3) Características pessoais

3.1.3.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.3.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha

		<input type="checkbox"/> Elimina
3.1.3.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.3.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.4) Hábitos pessoais

3.1.4.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.4.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.4.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.4.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.5) Características psicológicas

3.1.5.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.5.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.5.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.5.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.6) Composição familiar

3.1.6.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.6.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.6.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.6.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail

		<input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno
--	--	---

3.1.7) Interesses de lazer

3.1.7.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.7.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.7.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.7.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.8) Associações

3.1.8.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.8.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.8.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente

		<input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.8.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.9) Processo judicial/administrativo/criminal

3.1.9.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.9.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.9.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.9.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.10) Dados residenciais

3.1.10.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
----------	--	--

3.1.10.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.10.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.10.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.11) Educação e treinamento

3.1.11.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.11.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.11.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.11.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel

		<input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno
--	--	--

3.1.12) Profissão e emprego

3.1.12.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.12.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.12.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.12.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.1.13) Registros/gravações de imagem, vídeo e voz

3.1.13.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.13.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.13.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável

3.1.13.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno
----------	--	---

3.1.14) Outros

3.1.14.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.1.14.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha <input type="checkbox"/> Elimina
3.1.14.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.1.14.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno

3.2) Tratamento de dados pessoais sensíveis

3.2.1	Faz o tratamento de dados pessoais dessa categoria de dados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.2.2	Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas nesta categoria?	<input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Retém <input type="checkbox"/> Processa <input type="checkbox"/> Compartilha

		<input type="checkbox"/> Elimina
3.2.3	Quais os titulares de dados envolvidos nessa categoria?	<input type="checkbox"/> TAE <input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Discente <input type="checkbox"/> Terceirizado <input type="checkbox"/> Colaborador <input type="checkbox"/> Criança, Adolesc. ou vulnerável
3.2.4	Quais as fontes de retenção usada nessa categoria?	<input type="checkbox"/> Nuvem (Google Drive, OneDrive) <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> SEI <input type="checkbox"/> Doc. virtual em comp. ou pasta em rede <input type="checkbox"/> Doc. em papel <input type="checkbox"/> Outro: Banco de Dados Interno
3.2.5	Quais dados sensíveis são tratados nessa unidade?	<input type="checkbox"/> Origem racial ou étnica <input type="checkbox"/> Convicção religiosa <input type="checkbox"/> Opinião pública <input type="checkbox"/> Filiação a sindicato <input type="checkbox"/> Filiação a organização de caráter religioso <input type="checkbox"/> Filiação ou crença filosófica <input type="checkbox"/> Filiação ou preferências políticas <input type="checkbox"/> Saúde ou vida sexual <input type="checkbox"/> Genéticos <input type="checkbox"/> Biométricos

3.3) Compartilhamento/Transferência de dados pessoais com outras instituições

3.3.1) Há o compartilhamento de dados pessoais com outras instituições? () Sim () Não

3.3.2) Dados das instituições onde há compartilhamento de dados pessoais com a unidade:

3.4) Fonte de dados utilizada para obtenção dos dados pessoais

() Titular dos Dados Pessoais () Integração com outros sistemas (XML, API, arquivo de importação)

() Outro:

3.5) Operadores que realizam tratamento de dados pessoais em nome do controlador

3.5.1) Há o uso de operadores que realizam tratamento de dados pessoais em nome do controlador

Sim

Não

3.5.2) Dados dos operadores

- Nome do operador:
- Abrangência: () Municipal () Estadual () Federal () Internacional
- Categoria de dados tratadas pelo operador:
- Quais operações do ciclo de vida do tratamento de dados pessoais são executadas pelo operador? () coleta () retém () processa () compartilha () elimina
- Finalidade do tratamento:

3.6) Medidas de Segurança/Privacidade adotadas pela unidade

- Uso de criptografia dos dados
- Utiliza controle de acesso lógico aos dados
- Não permite o compartilhamento de contas e senhas
- Evita transferência de dados para outros dispositivos se não os da instituição
- Gerenciamento por senha
- Realiza cópia de segurança (Backup) regularmente
- Não realiza download e instalação de recursos de fonte desconhecida
- Outro:

3.7) Escopo do tratamento

3.7.1) Volume dos dados pessoais tratados pela unidade (quantidade de categorias de dados e subseções)

3.7.2) Número de titulares afetados pelo tratamento: TAE, Docente, Discente, Terceirizado, Colaborador.

3.7.3) Período de retenção:

3.7.4) A unidade faz tratamento de dados pessoais em larga escala?

- Sim
- Não

3.8) Contexto do tratamento

3.8.1) Natureza do relacionamento da unidade com os titulares de dados (descrever a missão da unidade):

3.8.3) Tratamento de dados que envolvem crianças, adolescentes ou outro grupo vulnerável

3.8.3.1) Há tratamento de dados pessoais que envolvem crianças, adolescentes ou outro grupo vulnerável?

- Sim
- Não

3.8.3.2) Categorias de dados pessoais tratadas (Exemplo: dados de identificação pessoal e dados de identificação governamental):

3.8.4) Tratamento de dados conforme determinação legal (descrever as bases legais que definem o tratamento de dados pela unidade):

3.8.5) Experiências anteriores em proteção de dados pela unidade (descrever as experiências anteriores realizadas pela unidade para a proteção de dados dos titulares):

3.9) Finalidade do tratamento

3.9.1) Hipóteses de tratamento

- Mediante consentimento do titular (de forma oficial e registrado o consentimento).
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Obrigação ao controlador, Ex.: Lei, decreto, Instrução Normativa, entre outros).
- Execução de políticas públicas.
- Alguma espécie de estudo realizado por órgão de pesquisa.
- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- Tutela da saúde.
- Atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros.
- Proteção do crédito.
- Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular.

3.9.2) Finalidades comuns para o tratamento (descrever razão ou motivo pela qual se deseja tratar os dados pessoais):

3.9.3) Previsão legal (Informar Leis, Decretos, normativos ou Regulamentos que respaldam a finalidade do tratamento de dados pessoais realizado):

3.9.4) Resultados pretendidos para o titular de dados (Pode ser preenchido com os serviços oferecidos pela unidade aos titulares):

3.9.5) Benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo:

4 – PARTES INTERESSADAS CONSULTADAS

Para elaboração deste relatório foram consultados <informar as partes interessadas ou consultadas e em quais as contribuições de cada um>.

5 – NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE

O tratamento é realizado apenas quando é indispensável para o atendimento de protocolos, processos de fiscalização e prestação de serviços, nos quais a coleta de dados é limitada ao mínimo necessário para a realização das finalidades informadas ao titular.

Com objetivo de assegurar o tratamento de dados pessoais conforme a LGPD, respeitando os critérios estabelecidos pela UFMT, todo empregado ou terceirizado deve seguir as políticas e instruções de serviços estabelecidas, considerando que os sistemas de informações possuem registros de logs e controles de acesso.

6 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

O art. 5º, XVII da LGPD preconiza que o Relatório de Impacto deve descrever “**medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco** “. Antes de definir tais medidas, salvaguardas e mecanismos, é necessário identificar os riscos que geram impacto potencial sobre o titular dos dados pessoais. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência do evento de risco, o possível impacto caso o risco ocorra, avaliando o nível potencial de risco para cada evento.

Para isso, será utilizada como base metodológica para definição da probabilidade e impacto a Política de Gestão de Riscos da UFMT.

Probabilidade	Descrição da probabilidade, desconsiderando os controles	Peso
Muito baixa	Improvável (< 10%). Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara (10 a 30%). De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível (31 a 50%). De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	Provável (51 a 90%). De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	4
Muito alta	Praticamente certa (> 90%). De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	5

Figura 1: Escala de Probabilidade

Impacto	Descrição do impacto nos objetivos, caso o evento ocorra	Peso
Muito baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégico; operacional; orçamentário; reputação; integridade; fiscal; conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem).	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	3
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão.	4
Muito alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	5

Figura 2: Escala de Impacto

A multiplicação entre os valores de probabilidade e impacto define o nível do risco inerente, ou seja, o nível do risco sem considerar quaisquer controles que possam reduzir a probabilidade da sua ocorrência ou do seu impacto.

Impacto	Muito Alto	5	5	10	15	20	25
	Alto	4	4	8	12	16	20
	Médio	3	3	6	9	12	15
	Baixo	2	2	4	6	8	10
	Muito Baixo	1	1	2	3	4	5
			1	2	3	4	5
			Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
			< 10%	10 a 30%	31 a 50%	51 a 90%	> 90%
Probabilidade							

Figura 3: Matriz Probabilidade x Impacto

A partir do resultado desse cálculo, o risco inerente pode ser classificado dentro das seguintes faixas:

Classificação	Faixa
Risco Pequeno - RP	1 a 2
Risco Moderado - RM	3 a 6
Risco Alto - RA	8 a 15
Risco Crítico - RC	16 a 25

Figura 4: Classificação do Risco

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz apresentada pela Figura 4.

Risco enquadrado na região:

- Verde, é entendido como risco pequeno;

- Amarelo, representa risco moderado;

- Laranja, é entendido como risco alto; e

- Vermelho, indica risco crítico.

Id	Risco referente ao tratamento de dados pessoais	I ₂	P ₁	Nível de Risco (P x I) 3
R01	Acesso não autorizado.	X	X	X
R02	Modificação não autorizada. Proveniente de acesso não autorizado ou agente interno explorando vulnerabilidade de permissionamento.	X	X	X

R03	Perda. Intencional, acidental ou catástrofe.	X	X	X
R04	Roubo. Intencional.	X	X	X
R05	Remoção não autorizada.	X	X	X
R06	Coleção excessiva.	X	X	X
R07	Informação insuficiente sobre a finalidade do tratamento.	X	X	X
R08	Tratamento sem consentimento do titular dos dados pessoais (Caso o tratamento não esteja previsto em legislação ou regulação pertinente).	X	X	X
R09	Falha em considerar os direitos do titular dos dados pessoais (Ex.: perda do direito de acesso).	X	X	X
R10	Compartilhar ou distribuir dados pessoais com terceiros sem o consentimento do titular dos dados pessoais.	X	X	X
R11	Retenção prolongada de dados pessoais sem necessidade.	X	X	X
R12	Vinculação/associação indevida, direta ou indireta, dos dados pessoais ao titular.	X	X	X
R13	Falha/erro de processamento (Ex.: execução de script de banco de dados que atualiza dado pessoal com dado equivocado, ausência de validação dos dados de entrada etc.).	X	X	X
R14	Reidentificação de dados pseudoanonimizados.	X	X	X

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).

² Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).

³ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, item 2.23 e IN SGD/ME nº 1, de 2019, art. 2º, inciso XIII).

7 – MEDIDAS PARA TRATAR OS RISCOS

Id	Risco	Controle/Medida	Efeito sobre o Risco ¹	Risco Residual ²			Controle/Medida ³ Aprovado(a)
				P	I	Nível (P x I)	
R02	Modificação não autorizada.	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança da Informação Normativo de Controle de Acesso Normativo de gestão de permissões 	Reduzir	X	X	X	
R03	Perda. Intencional, acidental ou catástrofe.	<ul style="list-style-type: none"> Efetiva aplicação do Plano de Backup Plano de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres 	Reduzir	X	X	X	
R05	Remoção não autorizada.	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança da Informação Normativo de Controle de Acesso Normativo de gestão de permissões 	Reduzir	X	X	X	
R06	Coleção excessiva.	<ul style="list-style-type: none"> Política de Privacidade e Proteção de Dados Normativa para formulários de coleta de dados Políticas de Cultura de Privacidade 	Reduzir	X	X	X	
R10	Compartilhar ou distribuir dados pessoais com terceiros sem o consentimento do titular dos dados pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> Política de Privacidade e Proteção de Dados Normativos critérios de compartilhamento de dados com terceiros 	Reduzir	X	X	X	
R11	Retenção prolongada de dados pessoais sem necessidade.	<ul style="list-style-type: none"> Política classificação e eliminação de dados (sanitização) 	Reduzir	X	X	X	

R13	Falha/erro de processamento (Ex.: execução de script de banco de dados que atualiza dado pessoal com dado equivocado, ausência de validação dos dados de entrada etc.).	<ul style="list-style-type: none"> Efetiva aplicação da Política de Gestão de Mudanças 	Reduzir	X	X	X	
-----	---	---	---------	---	---	---	--

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto. Aplicam-se as mesmas definições de Probabilidade e Impacto da seção 6.

¹ Efeito resultante do tratamento do risco com a aplicação do(s) controle(s) descrito(s) na tabela. As seguintes opções podem ser selecionadas: Reduzir, Evitar, Compartilhar e Aceitar.

² Risco residual é o risco que ainda permanece mesmo após a aplicação de controles para tratar o risco.

³ Controle/medida aprovado pelo controlador dos dados pessoais.

8 – APROVAÇÃO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO
<hr/> RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE:	<hr/> RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO	ENCARREGADO
<hr/> RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE:	<hr/> RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE:

AUTORIDADE REPRESENTANTE DO CONTROLADOR	AUTORIDADE REPRESENTANTE DA UNIDADE
<hr/> <p>RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE: xxxx</p>	<hr/> <p>RESPONSÁVEL Matrícula/SIAPE: xxxxx</p>